

06/11/2024

PLENÁRIO

**REFERENDO NA MEDIDA CAUTELAR NA ARGUIÇÃO DE  
DESCUMPRIMENTO DE PRECEITO FUNDAMENTAL 1.178 DISTRITO  
FEDERAL**

<b>RELATOR</b>	<b>: MIN. FLÁVIO DINO</b>
<b>REQTE.(S)</b>	<b>: INSTITUTO BRASILEIRO DE MINERACAO IBRAM</b>
<b>ADV.(A/S)</b>	<b>: WALFRIDO JORGE WARDE JUNIOR</b>
<b>ADV.(A/S)</b>	<b>: CELSO CALDAS MARTINS XAVIER</b>
<b>ADV.(A/S)</b>	<b>: RAFAEL RAMIRES ARAUJO VALIM</b>
<b>ADV.(A/S)</b>	<b>: DANIEL KAUFMAN SCHAFER</b>
<b>INTDO.(A/S)</b>	<b>: MUNICÍPIO DE ACAIACA</b>
<b>ADV.(A/S)</b>	<b>: PROCURADOR-GERAL DO MUNICÍPIO DE ACAIACA</b>
<b>INTDO.(A/S)</b>	<b>: MUNICÍPIO DE AÇUCENA</b>
<b>ADV.(A/S)</b>	<b>: PROCURADOR-GERAL DO MUNICÍPIO DE AÇUCENA</b>
<b>INTDO.(A/S)</b>	<b>: MUNICÍPIO DE AIMORÉS</b>
<b>ADV.(A/S)</b>	<b>: PROCURADOR-GERAL DO MUNICÍPIO DE AIMORÉS</b>
<b>INTDO.(A/S)</b>	<b>: MUNICÍPIO DE ALPERCATA</b>
<b>ADV.(A/S)</b>	<b>: PROCURADOR-GERAL DO MUNICÍPIO DE ALPERCATA</b>
<b>INTDO.(A/S)</b>	<b>: MUNICÍPIO DE ALVINÓPOLIS</b>
<b>ADV.(A/S)</b>	<b>: PROCURADOR-GERAL DO MUNICÍPIO DE ALVINÓPOLIS</b>
<b>INTDO.(A/S)</b>	<b>: MUNICÍPIO DE BARRA LONGA</b>
<b>ADV.(A/S)</b>	<b>: PROCURADOR-GERAL DO MUNICÍPIO DE BARRA LONGA</b>
<b>INTDO.(A/S)</b>	<b>: MUNICÍPIO DE BELO ORIENTE</b>
<b>ADV.(A/S)</b>	<b>: PROCURADOR-GERAL DO MUNICÍPIO DE BELO ORIENTE</b>
<b>INTDO.(A/S)</b>	<b>: MUNICÍPIO DE BOM JESUS DO GALHO</b>
<b>ADV.(A/S)</b>	<b>: PROCURADOR-GERAL DO MUNICÍPIO DE BOM JESUS DO GALHO</b>
<b>INTDO.(A/S)</b>	<b>: MUNICÍPIO DE BUGRE</b>
<b>ADV.(A/S)</b>	<b>: PROCURADOR-GERAL DO MUNICÍPIO DE BUGRE</b>

**ADPF 1178 MC-REF / DF**

INTDO.(A/S)	:MUNICÍPIO DE CONSELHEIRO PENA
ADV.(A/S)	:PROCURADOR-GERAL DO MUNICÍPIO DE CONSELHEIRO PENA
INTDO.(A/S)	:MUNICÍPIO DE CORONEL FABRICIANO
ADV.(A/S)	:PROCURADOR-GERAL DO MUNICÍPIO DE CORONEL FABRICIANO
INTDO.(A/S)	:MUNICÍPIO DE Córrego Novo
ADV.(A/S)	:PROCURADOR-GERAL DO MUNICÍPIO DE Córrego Novo
INTDO.(A/S)	:MUNICÍPIO DE DIONÍSIO
ADV.(A/S)	:PROCURADOR-GERAL DO MUNICÍPIO DE DIONÍSIO
INTDO.(A/S)	:MUNICÍPIO DE ENGENHEIRO CALDAS
ADV.(A/S)	:PROCURADOR-GERAL DO MUNICÍPIO DE ENGENHEIRO CALDAS
INTDO.(A/S)	:MUNICÍPIO DE FERNANDES TOURINHO
ADV.(A/S)	:PROCURADOR-GERAL DO MUNICÍPIO DE FERNANDES TOURINHO
INTDO.(A/S)	:MUNICÍPIO DE GALILÉIA
ADV.(A/S)	:PROCURADOR-GERAL DO MUNICÍPIO DE GALILÉIA
INTDO.(A/S)	:MUNICÍPIO DE GOVERNADOR VALADARES
ADV.(A/S)	:PROCURADOR-GERAL DO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR VALADARES
INTDO.(A/S)	:MUNICÍPIO DE IPABA
ADV.(A/S)	:PROCURADOR-GERAL DO MUNICÍPIO DE IPABA
INTDO.(A/S)	:MUNICÍPIO DE IPATINGA
ADV.(A/S)	:PROCURADOR-GERAL DO MUNICÍPIO DE IPATINGA
INTDO.(A/S)	:MUNICÍPIO DE ITUETA
ADV.(A/S)	:PROCURADOR-GERAL DO MUNICÍPIO DE ITUETA
INTDO.(A/S)	:MUNICÍPIO DE MARIANA
ADV.(A/S)	:PROCURADOR-GERAL DO MUNICÍPIO DE MARIANA
INTDO.(A/S)	:MUNICÍPIO DE MATIPÓ
ADV.(A/S)	:PROCURADOR-GERAL DO MUNICÍPIO DE MATIPÓ
INTDO.(A/S)	:MUNICÍPIO DE NAQUE

**ADPF 1178 MC-REF / DF**

<b>ADV.(A/S)</b>	<b>:PROCURADOR-GERAL DO MUNICÍPIO DE NAQUE</b>
<b>INTDO.(A/S)</b>	<b>:MUNICÍPIO DE OURO PRETO</b>
<b>ADV.(A/S)</b>	<b>:PROCURADOR-GERAL DO MUNICÍPIO DE OURO PRETO</b>
<b>INTDO.(A/S)</b>	<b>:MUNICÍPIO DE PERIQUITO</b>
<b>ADV.(A/S)</b>	<b>:PROCURADOR-GERAL DO MUNICÍPIO DE PERIQUITO</b>
<b>INTDO.(A/S)</b>	<b>:MUNICÍPIO DE PINGO D'ÁGUA</b>
<b>ADV.(A/S)</b>	<b>:PROCURADOR-GERAL DO MUNICÍPIO DE PINGO D'ÁGUA</b>
<b>INTDO.(A/S)</b>	<b>:MUNICÍPIO DE RAUL SOARES</b>
<b>ADV.(A/S)</b>	<b>:PROCURADOR-GERAL DO MUNICÍPIO DE RAUL SOARES</b>
<b>INTDO.(A/S)</b>	<b>:MUNICÍPIO DE RESPLENDOR</b>
<b>ADV.(A/S)</b>	<b>:PROCURADOR-GERAL DO MUNICÍPIO DE RESPLENDOR</b>
<b>INTDO.(A/S)</b>	<b>:MUNICÍPIO DE RIO DOCE</b>
<b>ADV.(A/S)</b>	<b>:PROCURADOR-GERAL DO MUNICÍPIO DE RIO DOCE</b>
<b>INTDO.(A/S)</b>	<b>:MUNICÍPIO DE SANTA CRUZ DO ESCALVADO</b>
<b>ADV.(A/S)</b>	<b>:PROCURADOR-GERAL DO MUNICÍPIO DE SANTA CRUZ DO ESCALVADO</b>
<b>INTDO.(A/S)</b>	<b>:MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS DO PRATA</b>
<b>ADV.(A/S)</b>	<b>:PROCURADOR-GERAL DO MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS DO PRATA</b>
<b>INTDO.(A/S)</b>	<b>:MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO GOIABA</b>
<b>ADV.(A/S)</b>	<b>:PROCURADOR-GERAL DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO GOIABA</b>
<b>INTDO.(A/S)</b>	<b>:MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DOS FERROS</b>
<b>ADV.(A/S)</b>	<b>:PROCURADOR-GERAL DO MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DOS FERROS</b>
<b>INTDO.(A/S)</b>	<b>:MUNICÍPIO DE SEM-PEIXE</b>
<b>ADV.(A/S)</b>	<b>:PROCURADOR-GERAL DO MUNICÍPIO DE SEM- PEIXE</b>
<b>INTDO.(A/S)</b>	<b>:MUNICÍPIO DE SOBRÁLIA</b>
<b>ADV.(A/S)</b>	<b>:PROCURADOR-GERAL DO MUNICÍPIO DE SOBRÁLIA</b>

**ADPF 1178 MC-REF / DF**

INTDO.(A/S)	:MUNICÍPIO DE TUMIRITINGA
ADV.(A/S)	:PROCURADOR-GERAL DO MUNICÍPIO DE TUMIRITINGA
INTDO.(A/S)	:MUNICÍPIO DE ARACRUZ
ADV.(A/S)	:PROCURADOR-GERAL DO MUNICÍPIO DE ARACRUZ
INTDO.(A/S)	:MUNICÍPIO DE BAIXO GUANDU
ADV.(A/S)	:PROCURADOR-GERAL DO MUNICÍPIO DE BAIXO GUANDU
INTDO.(A/S)	:MUNICÍPIO DE COLATINA
ADV.(A/S)	:PROCURADOR-GERAL DO MUNICÍPIO DE COLATINA
INTDO.(A/S)	:MUNICÍPIO DE CONCEIÇÃO DA BARRA
ADV.(A/S)	:PROCURADOR-GERAL DO MUNICÍPIO DE CONCEIÇÃO DA BARRA
INTDO.(A/S)	:MUNICÍPIO DE MARILÂNDIA
ADV.(A/S)	:PROCURADOR-GERAL DO MUNICÍPIO DE MARILÂNDIA
INTDO.(A/S)	:MUNICÍPIO DE SÃO MATEUS
ADV.(A/S)	:PROCURADOR-GERAL DO MUNICÍPIO DE SÃO MATEUS
INTDO.(A/S)	:MUNICÍPIO DE ALCobaça
ADV.(A/S)	:PROCURADOR-GERAL DO MUNICÍPIO DE ALCobaça
INTDO.(A/S)	:MUNICÍPIO DE CARAVELAS
ADV.(A/S)	:PROCURADOR-GERAL DO MUNICÍPIO DE CARAVELAS
INTDO.(A/S)	:MUNICÍPIO DE NOVA Viçosa
ADV.(A/S)	:PROCURADOR-GERAL DO MUNICÍPIO DE NOVA Viçosa
INTDO.(A/S)	:MUNICÍPIO DE PRADO
ADV.(A/S)	:PROCURADOR-GERAL DO MUNICÍPIO DE PRADO
INTDO.(A/S)	:MUNICÍPIO DE ANTONIO DIAS
ADV.(A/S)	:PROCURADOR-GERAL DO MUNICÍPIO DE ANTONIO DIAS
INTDO.(A/S)	:MUNICÍPIO DE GONZAGA
ADV.(A/S)	:PROCURADOR-GERAL DO MUNICÍPIO DE

**ADPF 1178 MC-REF / DF**

	GONZAGA
INTDO.(A/S)	:MUNICÍPIO DE IAPU
ADV.(A/S)	:PROCURADOR-GERAL DO MUNICÍPIO DE IAPU
INTDO.(A/S)	:MUNICÍPIO DE PONTE NOVA
ADV.(A/S)	:PROCURADOR-GERAL DO MUNICÍPIO DE PONTE NOVA
INTDO.(A/S)	:MUNICÍPIO DE RIO CASCA
ADV.(A/S)	:PROCURADOR-GERAL DO MUNICÍPIO DE RIO CASCA
INTDO.(A/S)	:MUNICÍPIO DE SOORETAMA
ADV.(A/S)	:PROCURADOR-GERAL DO MUNICÍPIO DE SOORETAMA
INTDO.(A/S)	:MUNICÍPIO DE MUCURI
ADV.(A/S)	:PROCURADOR-GERAL DO MUNICÍPIO DE MUCURI
INTDO.(A/S)	:MUNICÍPIO DE BRUMADINHO
ADV.(A/S)	:PROCURADOR-GERAL DO MUNICÍPIO DE BRUMADINHO
INTDO.(A/S)	:MUNICÍPIO DE MARIO CAMPOS
ADV.(A/S)	:PROCURADOR-GERAL DO MUNICÍPIO DE MARIO CAMPOS
INTDO.(A/S)	:MUNICÍPIO DE BARÃO DE COCAIS
ADV.(A/S)	:PROCURADOR-GERAL DO MUNICÍPIO DE BARÃO DE COCAIS
INTDO.(A/S)	:MUNICÍPIO DE ITABIRA
ADV.(A/S)	:PROCURADOR-GERAL DO MUNICÍPIO DE ITABIRA
INTDO.(A/S)	:MUNICÍPIO DE ITABIRITO
ADV.(A/S)	:PROCURADOR-GERAL DO MUNICÍPIO DE ITABIRITO
INTDO.(A/S)	:MUNICÍPIO DE NOVA LIMA
ADV.(A/S)	:PROCURADOR-GERAL DO MUNICÍPIO DE NOVA LIMA
INTDO.(A/S)	:MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO DO RIO ABAIXO
ADV.(A/S)	:PROCURADOR-GERAL DO MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO DO RIO ABAIXO
AM. CURIAE.	:ASSOCIACAO NACIONAL DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS
ADV.(A/S)	:MANOEL CAETANO FERREIRA FILHO

**ADPF 1178 MC-REF / DF**

AM. CURIAE.	: ASSOCIACAO MINEIRA DE MUNICIPIOS - AMM
ADV.(A/S)	: ACACIO WILDE EMILIO DOS SANTOS
AM. CURIAE.	: INSTITUTO CLIMA DE INOVACAO E TECNOLOGIA LTDA
ADV.(A/S)	: MARIA TEREZA UILLE GOMES E OUTRO(A/S)
AM. CURIAE.	: CONSORCIO PUBLICO PARA DEFESA E REVITALIZACAO DO RIO DOCE
ADV.(A/S)	: JOSE EDUARDO MARTINS CARDOZO
AM. CURIAE.	: CENTRAL UNICA DOS TRABALHADORES-CUT
ADV.(A/S)	: JOSE EYMARD LOGUERCIO
AM. CURIAE.	: CONFEDERACAO NACIONAL DE MUNICIPIOS
ADV.(A/S)	: MÁRTIN PERIUS HAEBERLIN
AM. CURIAE.	: CONFEDERACAO NACIONAL DA INDUSTRIA
ADV.(A/S)	: CASSIO AUGUSTO MUNIZ BORGES
AM. CURIAE.	: ASSOCIACAO DOS REMAN.DOS QUILOMBOS DE PRODUTORES E PRODUTORAS RURAIS DA AGRIC.FAMILIAR DA COM.DE SAO DOMINGOS-SAPE DO NORTE CONCEICAO DA BARRAES
AM. CURIAE.	: ASSOCIACAO DOS REMANESCENTES DOS QUILOMBOS DE PROD.RURAIS DA AGRIC. FAMILIAR E PESQ. DA COM.DO M.DA ONCA-SAPE DO NORTE CONC. DA BARRA-ES-ARMO
ADV.(A/S)	: ANTONIO CARLOS DE ALMEIDA CASTRO
AM. CURIAE.	: FEDERACAO DAS INDUSTRIAS DO ESTADO DO ESPIRITO SANTO
ADV.(A/S)	: RODRIGO AMORIM CRISTELLO
AM. CURIAE.	: FEDERACAO DAS INDUSTRIAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS - FIEMG
ADV.(A/S)	: LETICIA DE OLIVEIRA LOURENCO E OUTRO(A/S)
AM. CURIAE.	: ASSOCIACAO INDIGENA TUPINIKIM DA ALDEIA AREAL - AITAA
ADV.(A/S)	: CELSO CORDEIRO DE ALMEIDA E SILVA E OUTRO(A/S)

**Ementa:** ARGUIÇÃO DE DESCUMPRIMENTO. REFERENDO NA MEDIDA CAUTELAR. LITÍGIOS INTERNACIONAIS INSTAURADOS POR MUNICÍPIOS

**ADPF 1178 MC-REF / DF**

BRASILEIROS. HONORÁRIOS *AD EXITUM*.

**I. CASO EM EXAME**

1. Questiona-se, cautelarmente, a validade da contratação de serviços de advocacia por Municípios, para fins de representação judicial em estados estrangeiros, mediante contrato de honorários *ad exitum*, com remuneração estipulada em percentual do resultado obtido em favor do Poder Público.

**II. QUESTÃO EM DISCUSSÃO**

2. Saber se os honorários de êxito importam risco de lesão econômica aos entes municipais, com prejuízo à reparação integral dos danos socioambientais dos quais se busca a tutela judicial.

**III. DISPOSITIVO**

3. Medida cautelar **referendada**, para determinar aos Municípios relacionados nos autos: (i) *a juntada de cópias dos contratos porventura celebrados com os escritórios de advocacia para atuarem em outros países*; e (ii) *a abstenção do pagamento de honorários, contratados ad exitum, relativos às ações judiciais perante Tribunais estrangeiros, sem antes haver exame da legalidade por parte das instâncias soberanas do Estado brasileiro, sobretudo este STF*.

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Ministros do Supremo Tribunal Federal, em sessão virtual do Pleno, por maioria de votos, em referendar a decisão pela qual se deferiu em parte o pedido de medida liminar, para determinar aos Municípios relacionados como interessados nestes autos que adotem as seguintes medidas: (i) deverão juntar cópias dos contratos porventura celebrados com os escritórios de advocacia para atuarem em outros países; e (ii) deverão abster-se de efetuarem qualquer pagamento de honorários, contratados *ad exitum*, relativos às ações judiciais perante Tribunais estrangeiros, sem antes haver exame da legalidade por parte das instâncias soberanas do Estado brasileiro, sobretudo este STF. Tudo nos termos do voto do Relator e na conformidade da ata de julgamento, vencidos os Ministros Edson Fachin,

**ADPF 1178 MC-REF / DF**

Nunes Marques e André Mendonça. Falou, pelo *amicus curiae* Consórcio Público para Defesa e Revitalização do Rio Doce, o Dr. José Eduardo Martins Cardozo. Impedido o Ministro Cristiano Zanin.

Brasília, 25 de outubro a 5 de novembro de 2024.

Ministro Flávio Dino  
Relator



**06/11/2024****PLENÁRIO****REFERENDO NA MEDIDA CAUTELAR NA ARGUIÇÃO DE  
DESCUMPRIMENTO DE PRECEITO FUNDAMENTAL 1.178 DISTRITO  
FEDERAL**

<b>RELATOR</b>	<b>: MIN. FLÁVIO DINO</b>
<b>REQTE.(S)</b>	<b>: INSTITUTO BRASILEIRO DE MINERACAO IBRAM</b>
<b>ADV.(A/S)</b>	<b>: WALFRIDO JORGE WARDE JUNIOR</b>
<b>ADV.(A/S)</b>	<b>: CELSO CALDAS MARTINS XAVIER</b>
<b>ADV.(A/S)</b>	<b>: RAFAEL RAMIRES ARAUJO VALIM</b>
<b>ADV.(A/S)</b>	<b>: DANIEL KAUFMAN SCHAFER</b>
<b>INTDO.(A/S)</b>	<b>: MUNICÍPIO DE ACAIACA</b>
<b>ADV.(A/S)</b>	<b>: PROCURADOR-GERAL DO MUNICÍPIO DE ACAIACA</b>
<b>INTDO.(A/S)</b>	<b>: MUNICÍPIO DE AÇUCENA</b>
<b>ADV.(A/S)</b>	<b>: PROCURADOR-GERAL DO MUNICÍPIO DE AÇUCENA</b>
<b>INTDO.(A/S)</b>	<b>: MUNICÍPIO DE AIMORÉS</b>
<b>ADV.(A/S)</b>	<b>: PROCURADOR-GERAL DO MUNICÍPIO DE AIMORÉS</b>
<b>INTDO.(A/S)</b>	<b>: MUNICÍPIO DE ALPERCATA</b>
<b>ADV.(A/S)</b>	<b>: PROCURADOR-GERAL DO MUNICÍPIO DE ALPERCATA</b>
<b>INTDO.(A/S)</b>	<b>: MUNICÍPIO DE ALVINÓPOLIS</b>
<b>ADV.(A/S)</b>	<b>: PROCURADOR-GERAL DO MUNICÍPIO DE ALVINÓPOLIS</b>
<b>INTDO.(A/S)</b>	<b>: MUNICÍPIO DE BARRA LONGA</b>
<b>ADV.(A/S)</b>	<b>: PROCURADOR-GERAL DO MUNICÍPIO DE BARRA LONGA</b>
<b>INTDO.(A/S)</b>	<b>: MUNICÍPIO DE BELO ORIENTE</b>
<b>ADV.(A/S)</b>	<b>: PROCURADOR-GERAL DO MUNICÍPIO DE BELO ORIENTE</b>
<b>INTDO.(A/S)</b>	<b>: MUNICÍPIO DE BOM JESUS DO GALHO</b>
<b>ADV.(A/S)</b>	<b>: PROCURADOR-GERAL DO MUNICÍPIO DE BOM JESUS DO GALHO</b>
<b>INTDO.(A/S)</b>	<b>: MUNICÍPIO DE BUGRE</b>
<b>ADV.(A/S)</b>	<b>: PROCURADOR-GERAL DO MUNICÍPIO DE BUGRE</b>

**ADPF 1178 MC-REF / DF**

INTDO.(A/S)	:MUNICÍPIO DE CONSELHEIRO PENA
ADV.(A/S)	:PROCURADOR-GERAL DO MUNICÍPIO DE CONSELHEIRO PENA
INTDO.(A/S)	:MUNICÍPIO DE CORONEL FABRICIANO
ADV.(A/S)	:PROCURADOR-GERAL DO MUNICÍPIO DE CORONEL FABRICIANO
INTDO.(A/S)	:MUNICÍPIO DE Córrego Novo
ADV.(A/S)	:PROCURADOR-GERAL DO MUNICÍPIO DE Córrego Novo
INTDO.(A/S)	:MUNICÍPIO DE DIONÍSIO
ADV.(A/S)	:PROCURADOR-GERAL DO MUNICÍPIO DE DIONÍSIO
INTDO.(A/S)	:MUNICÍPIO DE ENGENHEIRO CALDAS
ADV.(A/S)	:PROCURADOR-GERAL DO MUNICÍPIO DE ENGENHEIRO CALDAS
INTDO.(A/S)	:MUNICÍPIO DE FERNANDES TOURINHO
ADV.(A/S)	:PROCURADOR-GERAL DO MUNICÍPIO DE FERNANDES TOURINHO
INTDO.(A/S)	:MUNICÍPIO DE GALILÉIA
ADV.(A/S)	:PROCURADOR-GERAL DO MUNICÍPIO DE GALILÉIA
INTDO.(A/S)	:MUNICÍPIO DE GOVERNADOR VALADARES
ADV.(A/S)	:PROCURADOR-GERAL DO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR VALADARES
INTDO.(A/S)	:MUNICÍPIO DE IPABA
ADV.(A/S)	:PROCURADOR-GERAL DO MUNICÍPIO DE IPABA
INTDO.(A/S)	:MUNICÍPIO DE IPATINGA
ADV.(A/S)	:PROCURADOR-GERAL DO MUNICÍPIO DE IPATINGA
INTDO.(A/S)	:MUNICÍPIO DE ITUETA
ADV.(A/S)	:PROCURADOR-GERAL DO MUNICÍPIO DE ITUETA
INTDO.(A/S)	:MUNICÍPIO DE MARIANA
ADV.(A/S)	:PROCURADOR-GERAL DO MUNICÍPIO DE MARIANA
INTDO.(A/S)	:MUNICÍPIO DE MATIPÓ
ADV.(A/S)	:PROCURADOR-GERAL DO MUNICÍPIO DE MATIPÓ
INTDO.(A/S)	:MUNICÍPIO DE NAQUE

**ADPF 1178 MC-REF / DF**

<b>ADV.(A/S)</b>	<b>:PROCURADOR-GERAL DO MUNICÍPIO DE NAQUE</b>
<b>INTDO.(A/S)</b>	<b>:MUNICÍPIO DE OURO PRETO</b>
<b>ADV.(A/S)</b>	<b>:PROCURADOR-GERAL DO MUNICÍPIO DE OURO PRETO</b>
<b>INTDO.(A/S)</b>	<b>:MUNICÍPIO DE PERIQUITO</b>
<b>ADV.(A/S)</b>	<b>:PROCURADOR-GERAL DO MUNICÍPIO DE PERIQUITO</b>
<b>INTDO.(A/S)</b>	<b>:MUNICÍPIO DE PINGO D'ÁGUA</b>
<b>ADV.(A/S)</b>	<b>:PROCURADOR-GERAL DO MUNICÍPIO DE PINGO D'ÁGUA</b>
<b>INTDO.(A/S)</b>	<b>:MUNICÍPIO DE RAUL SOARES</b>
<b>ADV.(A/S)</b>	<b>:PROCURADOR-GERAL DO MUNICÍPIO DE RAUL SOARES</b>
<b>INTDO.(A/S)</b>	<b>:MUNICÍPIO DE RESPLENDOR</b>
<b>ADV.(A/S)</b>	<b>:PROCURADOR-GERAL DO MUNICÍPIO DE RESPLENDOR</b>
<b>INTDO.(A/S)</b>	<b>:MUNICÍPIO DE RIO DOCE</b>
<b>ADV.(A/S)</b>	<b>:PROCURADOR-GERAL DO MUNICÍPIO DE RIO DOCE</b>
<b>INTDO.(A/S)</b>	<b>:MUNICÍPIO DE SANTA CRUZ DO ESCALVADO</b>
<b>ADV.(A/S)</b>	<b>:PROCURADOR-GERAL DO MUNICÍPIO DE SANTA CRUZ DO ESCALVADO</b>
<b>INTDO.(A/S)</b>	<b>:MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS DO PRATA</b>
<b>ADV.(A/S)</b>	<b>:PROCURADOR-GERAL DO MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS DO PRATA</b>
<b>INTDO.(A/S)</b>	<b>:MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO GOIABA</b>
<b>ADV.(A/S)</b>	<b>:PROCURADOR-GERAL DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO GOIABA</b>
<b>INTDO.(A/S)</b>	<b>:MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DOS FERROS</b>
<b>ADV.(A/S)</b>	<b>:PROCURADOR-GERAL DO MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DOS FERROS</b>
<b>INTDO.(A/S)</b>	<b>:MUNICÍPIO DE SEM-PEIXE</b>
<b>ADV.(A/S)</b>	<b>:PROCURADOR-GERAL DO MUNICÍPIO DE SEM- PEIXE</b>
<b>INTDO.(A/S)</b>	<b>:MUNICÍPIO DE SOBRÁLIA</b>
<b>ADV.(A/S)</b>	<b>:PROCURADOR-GERAL DO MUNICÍPIO DE SOBRÁLIA</b>

**ADPF 1178 MC-REF / DF**

INTDO.(A/S)	:MUNICÍPIO DE TUMIRITINGA
ADV.(A/S)	:PROCURADOR-GERAL DO MUNICÍPIO DE TUMIRITINGA
INTDO.(A/S)	:MUNICÍPIO DE ARACRUZ
ADV.(A/S)	:PROCURADOR-GERAL DO MUNICÍPIO DE ARACRUZ
INTDO.(A/S)	:MUNICÍPIO DE BAIXO GUANDU
ADV.(A/S)	:PROCURADOR-GERAL DO MUNICÍPIO DE BAIXO GUANDU
INTDO.(A/S)	:MUNICÍPIO DE COLATINA
ADV.(A/S)	:PROCURADOR-GERAL DO MUNICÍPIO DE COLATINA
INTDO.(A/S)	:MUNICÍPIO DE CONCEIÇÃO DA BARRA
ADV.(A/S)	:PROCURADOR-GERAL DO MUNICÍPIO DE CONCEIÇÃO DA BARRA
INTDO.(A/S)	:MUNICÍPIO DE MARILÂNDIA
ADV.(A/S)	:PROCURADOR-GERAL DO MUNICÍPIO DE MARILÂNDIA
INTDO.(A/S)	:MUNICÍPIO DE SÃO MATEUS
ADV.(A/S)	:PROCURADOR-GERAL DO MUNICÍPIO DE SÃO MATEUS
INTDO.(A/S)	:MUNICÍPIO DE ALCobaça
ADV.(A/S)	:PROCURADOR-GERAL DO MUNICÍPIO DE ALCobaça
INTDO.(A/S)	:MUNICÍPIO DE CARAVELAS
ADV.(A/S)	:PROCURADOR-GERAL DO MUNICÍPIO DE CARAVELAS
INTDO.(A/S)	:MUNICÍPIO DE NOVA Viçosa
ADV.(A/S)	:PROCURADOR-GERAL DO MUNICÍPIO DE NOVA Viçosa
INTDO.(A/S)	:MUNICÍPIO DE PRADO
ADV.(A/S)	:PROCURADOR-GERAL DO MUNICÍPIO DE PRADO
INTDO.(A/S)	:MUNICÍPIO DE ANTONIO DIAS
ADV.(A/S)	:PROCURADOR-GERAL DO MUNICÍPIO DE ANTONIO DIAS
INTDO.(A/S)	:MUNICÍPIO DE GONZAGA
ADV.(A/S)	:PROCURADOR-GERAL DO MUNICÍPIO DE

**ADPF 1178 MC-REF / DF**

	GONZAGA
INTDO.(A/S)	:MUNICÍPIO DE IAPU
ADV.(A/S)	:PROCURADOR-GERAL DO MUNICÍPIO DE IAPU
INTDO.(A/S)	:MUNICÍPIO DE PONTE NOVA
ADV.(A/S)	:PROCURADOR-GERAL DO MUNICÍPIO DE PONTE NOVA
INTDO.(A/S)	:MUNICÍPIO DE RIO CASCA
ADV.(A/S)	:PROCURADOR-GERAL DO MUNICÍPIO DE RIO CASCA
INTDO.(A/S)	:MUNICÍPIO DE SOORETAMA
ADV.(A/S)	:PROCURADOR-GERAL DO MUNICÍPIO DE SOORETAMA
INTDO.(A/S)	:MUNICÍPIO DE MUCURI
ADV.(A/S)	:PROCURADOR-GERAL DO MUNICÍPIO DE MUCURI
INTDO.(A/S)	:MUNICÍPIO DE BRUMADINHO
ADV.(A/S)	:PROCURADOR-GERAL DO MUNICÍPIO DE BRUMADINHO
INTDO.(A/S)	:MUNICÍPIO DE MARIO CAMPOS
ADV.(A/S)	:PROCURADOR-GERAL DO MUNICÍPIO DE MARIO CAMPOS
INTDO.(A/S)	:MUNICÍPIO DE BARÃO DE COCAIS
ADV.(A/S)	:PROCURADOR-GERAL DO MUNICÍPIO DE BARÃO DE COCAIS
INTDO.(A/S)	:MUNICÍPIO DE ITABIRA
ADV.(A/S)	:PROCURADOR-GERAL DO MUNICÍPIO DE ITABIRA
INTDO.(A/S)	:MUNICÍPIO DE ITABIRITO
ADV.(A/S)	:PROCURADOR-GERAL DO MUNICÍPIO DE ITABIRITO
INTDO.(A/S)	:MUNICÍPIO DE NOVA LIMA
ADV.(A/S)	:PROCURADOR-GERAL DO MUNICÍPIO DE NOVA LIMA
INTDO.(A/S)	:MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO DO RIO ABAIXO
ADV.(A/S)	:PROCURADOR-GERAL DO MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO DO RIO ABAIXO
AM. CURIAE.	:ASSOCIACAO NACIONAL DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS
ADV.(A/S)	:MANOEL CAETANO FERREIRA FILHO

**ADPF 1178 MC-REF / DF**

<b>AM. CURIAE.</b>	<b>: ASSOCIACAO MINEIRA DE MUNICIPIOS - AMM</b>
<b>ADV.(A/S)</b>	<b>: ACACIO WILDE EMILIO DOS SANTOS</b>
<b>AM. CURIAE.</b>	<b>: INSTITUTO CLIMA DE INOVACAO E TECNOLOGIA LTDA</b>
<b>ADV.(A/S)</b>	<b>: MARIA TEREZA UILLE GOMES E OUTRO(A/S)</b>
<b>AM. CURIAE.</b>	<b>: CONSORCIO PUBLICO PARA DEFESA E REVITALIZACAO DO RIO DOCE</b>
<b>ADV.(A/S)</b>	<b>: JOSE EDUARDO MARTINS CARDOZO</b>
<b>AM. CURIAE.</b>	<b>: CENTRAL UNICA DOS TRABALHADORES-CUT</b>
<b>ADV.(A/S)</b>	<b>: JOSE EYMARD LOGUERCIO</b>
<b>AM. CURIAE.</b>	<b>: CONFEDERACAO NACIONAL DE MUNICIPIOS</b>
<b>ADV.(A/S)</b>	<b>: MÁRTIN PERIUS HAEBERLIN</b>
<b>AM. CURIAE.</b>	<b>: CONFEDERACAO NACIONAL DA INDUSTRIA</b>
<b>ADV.(A/S)</b>	<b>: CASSIO AUGUSTO MUNIZ BORGES</b>
<b>AM. CURIAE.</b>	<b>: ASSOCIACAO DOS REMAN.DOS QUILOMBOS DE PRODUTORES E PRODUTORAS RURAIS DA AGRIC.FAMILIAR DA COM.DE SAO DOMINGOS-SAPE DO NORTE CONCEICAO DA BARRAES</b>
<b>AM. CURIAE.</b>	<b>: ASSOCIACAO DOS REMANESCENTES DOS QUILOMBOS DE PROD.RURAIS DA AGRIC.FAMILIAR E PESQ. DA COM.DO M.DA ONCA-SAPE DO NORTE CONC. DA BARRA-ES-ARMO</b>
<b>ADV.(A/S)</b>	<b>: ANTONIO CARLOS DE ALMEIDA CASTRO</b>
<b>AM. CURIAE.</b>	<b>: FEDERACAO DAS INDUSTRIAS DO ESTADO DO ESPIRITO SANTO</b>
<b>ADV.(A/S)</b>	<b>: RODRIGO AMORIM CRISTELLO</b>
<b>AM. CURIAE.</b>	<b>: FEDERACAO DAS INDUSTRIAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS - FIEMG</b>
<b>ADV.(A/S)</b>	<b>: LETICIA DE OLIVEIRA LOURENCO E OUTRO(A/S)</b>
<b>AM. CURIAE.</b>	<b>: ASSOCIACAO INDIGENA TUPINIKIM DA ALDEIA AREAL - AITAA</b>
<b>ADV.(A/S)</b>	<b>: CELSO CORDEIRO DE ALMEIDA E SILVA E OUTRO(A/S)</b>

**RELATÓRIO**

**ADPF 1178 MC-REF / DF**

**O SENHOR MINISTRO FLÁVIO DINO (RELATOR):** Submeto à apreciação deste Egrégio Plenário, nos termos do art. 21, V e § 5º, do RISTF (na redação dada pela ER nº 58/2022), para referendo, decisão cautelar, concedida nos seguintes termos:

“.....

Ante o exposto, **defiro em parte** o pedido de medida liminar, *ad referendum* do Plenário, para determinar aos Municípios relacionados como interessados nestes autos que adotem as seguintes medidas:

(i) deverão juntar cópias dos contratos porventura celebrados com os escritórios de advocacia para atuarem em outros países; e

(ii) deverão se abster de efetuarem qualquer pagamento de honorários, **contratados *ad exitum***, relativos às ações judiciais perante Tribunais estrangeiros, sem antes haver exame da legalidade por parte das instâncias soberanas do Estado brasileiro, sobretudo este STF.”

Trata-se de pedido formulado pelo INSTITUTO BRASILEIRO DE MINERAÇÃO (IBRAM), por meio de nova petição (Petição nº 130472/2024, ID: 6d79affe), veiculando requerimentos atinentes à lide em curso.

Afirma que vários dos Municípios intimados para prestar informações nestes autos confirmaram o fato de terem contratado escritórios de advocacia para ajuizamento de ações no exterior e possuem litígios em curso em Estados estrangeiros.

Assevera o requerente que — além da controvérsia em torno da possível ameaça à soberania nacional decorrente dos referidos litígios internacionais — **outra irregularidade** teria sido constatada no âmbito dos contratos celebrados entre os Municípios e os escritórios de advocacia sediados em outros países: **a celebração de contratos de risco, baseados em honorários de êxito (“taxa de sucesso”), com previsão de remuneração dos causídicos mediante elevados percentuais do valor indenizatório**

**ADPF 1178 MC-REF / DF****eventualmente alcançado.**

Segundo o autor, tais contratações expõem o Erário e as vítimas dos desastres socioambientais a imenso risco de lesão econômica, devido ao fato da **cláusula *ad exitum***, pactuada em tais acordos, tornar os próprios escritórios de advocacia os grandes beneficiários de eventual reparação obtida em Juízo.

Nessa linha, destacam precedentes do Tribunal de Contas da União, no sentido de que os “*contratos de risco*” com a Administração Pública **não possuem previsão legal**, devendo as contratações públicas definirem antecipadamente, de maneira clara e precisa, todos os direitos, obrigações e responsabilidades das partes, em observação ao princípio da vinculação das partes ao edital e à proposta a que aderiram.

Aduz, ainda, que se mostra iminente o julgamento do *Caso Samarco* perante a Justiça inglesa, previsto para ocorrer neste mês de outubro, envolvendo pedido de indenização estimado em, aproximadamente, R\$ 260 bilhões.

É o relatório.



06/11/2024

PLENÁRIO

**REFERENDO NA MEDIDA CAUTELAR NA ARGUIÇÃO DE  
DESCUMPRIMENTO DE PRECEITO FUNDAMENTAL 1.178 DISTRITO  
FEDERAL**

**VOTO**

**O SENHOR MINISTRO FLÁVIO DINO (RELATOR):** O INSTITUTO BRASILEIRO DE MINERAÇÃO (IBRAM), autor desta arguição, vem aos autos com nova petição (Petição nº 130472/2024, ID: 6d79affe), reafirmando a necessidade de concessão do provimento cautelar requerido, especialmente em razão do risco iminente de lesão ao Erário em razão da contratação pelos Municípios de serviços de advocacia mediante honorários *ad exitum*.

Considero haver plausibilidade em parcela dos fundamentos invocados pelo IBRAM, especialmente no tocante à argumentação relativa à vedação, **a princípio**, de pagamento por entes públicos dos chamados honorários de êxito.

Com efeito, já decidiu o Tribunal de Contas da União, em sucessivos precedentes, constituírem as estipulações de êxito em contratos com a Administração Pública **atos ilegais, ilegítimos e antieconômicos**, ainda mais quando associados a elevadas taxas de retorno sobre o valor obtido em favor do Poder Público.

Nesse sentido, vale reproduzir o teor do voto do Min. Benjamin Zymler, Relator, proferido no julgamento do TC 023.147/2017-2 (Acórdão nº 1.285/2018, Pleno), nos seguintes termos:

“ .....

**PAGAMENTO DE HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS  
CONTRATUAIS COM BASE EM CLÁUSULA AD EXITUM**

Avançando, desta feita para análise específica da remuneração (honorários advocatícios), percebe-se a presença de cláusula *ad exitum*, conforme cláusula contratual (vide peça 62) padrão a seguir reproduzida, *verbis*:

.....

ADPF 1178 MC-REF / DF

**Dessa forma, tem-se aí a outra questão a ser discutida: a possibilidade de celebração, no âmbito da Administração Pública, de contrato de prestação de serviços advocatícios com previsão de pagamentos proporcionais ao êxito das importâncias recuperadas.**

Sobre a possibilidade de a remuneração pela prestação de serviços advocatícios ser fixada *ad exitum* (taxa de sucesso), é preciso compreender que os contratos que vinculam a remuneração do particular ao êxito da atividade constituem contratos de risco.

A celebração desses contratos é exceção no âmbito de atuação do Poder Público. Como regra, os contratos administrativos devem definir precisamente os direitos, obrigações e responsabilidades das partes, em observação aos termos do edital e da proposta a que se vinculam (art. 54, § 1º, da Lei 8.666/93).

Convém registrar, para maior clareza, as diferentes naturezas de honorários: os honorários sucumbenciais (devido ao advogado da parte vencedora e arbitrados pelo Juiz, regidos pelo art. 85 do CPC) e os honorários consensuais (devidos em razão do compromisso em prestar a obrigação e estipulados pelas partes no contrato).

A mencionada forma de pagamento contratual, denominada cláusula *ad exitum*, ocorre quando o recebimento é condicionado a um resultado positivo, **sendo que sua ocorrência não encontra amparo no ordenamento jurídico quando relacionada à verba cuja natureza seja pública.**

.....  
Escritórios têm argumentado que os honorários convencionais são uma livre convenção entre o cliente e o causídico. De fato. Ocorre que, neste caso, o cliente é a Fazenda Pública, e os recursos que remuneram os serviços são públicos. **Assim, um eventual contrato advocatício que preveja honorários convencionais desproporcionais é lesivo ao patrimônio público e, como tal, há de ser anulado (tanto como qualquer outro ato lesivo ao patrimônio público, nos termos**

**ADPF 1178 MC-REF / DF**

**da Lei da Ação Civil Pública e da Lei da Ação Popular), inclusive com responsabilização dos que derem causa ao prejuízo.**

.....  
À parte dessa questão, o fato é que, ainda que os honorários contratuais não tenham sido firmados como percentual do êxito, ou ainda que se considerasse lícita essa prática, **o gestor tem a especial obrigação de verificar a eventual onerosidade excessiva do contrato para a Administração e, se for o caso, promover sua anulação ou pleiteá-la em Juízo.** O que não pode o gestor é efetuar pagamento desproporcional de valores por uma causa de modelos já prontos, sobretudo considerando que já foram recebidas, em cada ação judicial, os honorários sucumbenciais fixados pelo Judiciário. (grifei)

De fato, no âmbito da Administração Pública, o contrato a ser firmado com o profissional do Direito deverá estabelecer valor fixo, não podendo se cogitar da aplicação de percentual sobre as receitas auferidas pelo ente por força de ações administrativas ou judiciais exitosas conduzidas pelo contratado, salvo se a Administração firmar contrato de risco puro, onde a remuneração do contrato dar-se-á exclusivamente por meio dos honorários de sucumbência devidos pela parte vencida.

Cabe também aduzir, por relevante, que a vinculação da remuneração do profissional do Direito a percentual do montante de créditos efetivamente recuperados contraria o princípio orçamentário da universalidade, pelo qual o orçamento deve conter todas as receitas e despesas do Estado. Na Lei n. 4.320/64, o princípio em tela traduz-se nos seguintes dispositivos:

Art. 2º A Lei do Orçamento conterá a discriminação da receita e da despesa, de forma a evidenciar a política econômico-financeira e o programa de trabalho do governo, obedecidos os princípios de unidade,

**ADPF 1178 MC-REF / DF**

universalidade e anualidade.

Art. 3º. A Lei do orçamento compreenderá todas as receitas, inclusive as operações de crédito autorizadas em lei.

A avença tampouco se coaduna com a legislação pertinente no plano contratual, porquanto nos moldes estatuídos pelo art. 55, III, da Lei 8.666/93, é cláusula essencial no contrato administrativo a que estabelece e define o preço. **É dizer: o preço tem de ser certo e preestabelecido, não se admitindo um contrato cujo valor é desconhecido e depende de fatores aleatórios, como o êxito ou não na demanda, salvo se a Administração firmar contrato de puro risco. Vejamos:**

Art. 55. São cláusulas necessárias em todo contrato as que estabeleçam:

(...)

III - o preço e as condições de pagamento, os critérios, data-base e periodicidade do reajustamento de preços, os critérios de atualização monetária entre a data do adimplemento das obrigações e a do efetivo pagamento;

(...)

V - o crédito pelo qual correrá a despesa, com indicação da classificação funcional programática e da categoria econômica;

Não fosse só isso, esta Corte de Contas possui precedente no sentido de que (**Acórdão 2686/2008-TCU-Plenário - Relator: Ministro Ubiratan Aguiar**):

Nas contratações em que são pactuadas cláusulas de êxito, como remuneração pelos serviços prestados, deve haver correspondência direta entre o esforço e a dificuldade esperados do contratado e o prêmio acordado, sob pena de se configurar situação de

**ADPF 1178 MC-REF / DF**

desproporcionalidade entre serviço prestado e preço.

O gestor tem a especial obrigação de verificar a eventual onerosidade excessiva do contrato para a Administração e, se for o caso, promover sua anulação ou pleiteá-la em Juízo. O que não pode é efetuar pagamento desproporcional de valores por uma causa de baixa complexidade e sem que o preço tenha sido certo e preestabelecido (art. 55, III, da Lei 8.666/93), evitando-se assim, a indefinição do valor do contrato e respeitando as normas que regem as finanças públicas e as contratações dos entes públicos.

No caso dos autos, o contrato a ser firmado com o profissional do direito deveria estabelecer valor fixo (art. 55, III, da Lei 8.666/93), não podendo prever percentual sobre as receitas de impostos auferidas pelo ente municipal com as ações administrativas ou judiciais exitosas pelo contratado (art. 167, inciso IV da CF), ou, caso a Administração firmasse contrato de risco puro, onde não houvesse qualquer dispêndio de valor com a contratação, seria hipótese de remuneração do contrato, exclusivamente, por meio dos honorários de sucumbência devidos pela parte vencida, nos montantes determinados e fixados pelo juízo na sentença condenatória.

Considerando que a eficácia de toda atividade administrativa está condicionada ao atendimento da lei, tendo em vista a vinculação da Administração Pública ao princípio constitucional da legalidade (art. 37, caput), e considerando, ainda, que toda a disciplina acerca dos contratos está traçada na Constituição Federal (art. 37, XXI) e na Lei de Licitações (artigos 54 a 80), sendo que em nenhum momento a Constituição ou a Lei autorizam a Administração Pública a celebrar contrato de risco com particular, ficam os Municípios impossibilitados de firmar contratos que prevejam pagamento de honorários com base em cláusula *ad exitum*, ressalvada a hipótese em que a remuneração do contratado decorra apenas dos honorários de sucumbência devidos pela parte vencida no processo.

No caso sob análise, estende-se sobejamente demonstrada

**ADPF 1178 MC-REF / DF**

a nulidade do contrato de prestação de serviços advocatícios, eis que ausente qualquer indício de que tenham sido observados os dispositivos da Lei 8666/93, bem como a inexistência de boa-fé por parte dos contratados, uma vez que, na condição de causídicos (operadores do direito e pleno conhecedores da legislação), tinham ciência da nulidade das avenças celebradas, em desacordo com as disposições da lei de licitações, restando patente a insubsistência de título hábil a legitimar eventual pagamento pelos serviços advocatícios prestados.”

Esse entendimento reflete-se, por igual, nos precedentes dos diversos Tribunais de Contas estaduais, a exemplo do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina que, em relação aos honorários advocatícios *ad exitum*, firmou os Prejulgados 1199 e 1579:

**Prejulgado nº 1199:**

1. Somente é admissível o contrato de risco (*ad exitum*) na Administração Pública quando o Poder Público não despende qualquer valor, sendo a remuneração do contratado exclusivamente os honorários pela sucumbência devidos pela parte vencida, nos montantes determinados pelo juízo na sentença condenatória.

2. Não é admissível a celebração de contrato pela Administração Pública onde esteja previsto que o contratado perceberá, a título de remuneração, um percentual sobre as receitas auferidas pelo ente com as ações administrativas ou judiciais exitosas promovidas pelo contratado, pois neste caso seria imperiosa a inclusão de cláusula contendo o valor do contrato e observância das normas orçamentárias e financeiras, que exigem previsão de receitas e despesas.

3. O contrato de risco (*ad exitum*) não exonera a administração da realização do processo licitatório, salvo os casos de dispensa de licitação e inexigibilidade previstos em lei. (Grifos meus)

**ADPF 1178 MC-REF / DF**

**Prejulgado nº 1579:**

.....

6. O contrato a ser firmado com o profissional do Direito deverá estabelecer valor fixo, não podendo prever percentual sobre as receitas auferidas pelo ente com as ações administrativas ou judiciais exitosas pelo contratado, salvo se a Administração firmar contrato de risco puro, onde não haja qualquer dispêndio de valor com a contratação, sendo a remuneração do contratado exclusivamente proveniente dos honorários de sucumbência devidos pela parte vencida, nos montantes determinados pelo Juízo na sentença condenatória. (Grifos meus)

Assim também já se pronunciou o Tribunal de Contas dos Municípios da Bahia, nos termos da Instrução nº 01/2018, que possui o seguinte teor:

**Instrução nº 01/2018 — Tribunal de Contas dos Municípios da Bahia**

.....

**Art. 3º A Administração Municipal deve se abster de firmar Contrato de Êxito com escritórios de advocacia ou consultoria contábil ou tributária, ou, ainda, com profissionais liberais nas respectivas áreas ou áreas afins, salvo nas hipóteses em que a prática do mercado implique na necessidade de adoção de tal modalidade contratual, observando-se, em tal situação, os seguintes requisitos:**

**I – O contrato a ser firmado deverá, preferencialmente, estabelecer valor fixo ou estimado, observando-se os princípios da razoabilidade e economicidade e as regras estabelecidas na Lei de Licitações para justificativa do preço, inclusive em comparação com os valores praticados no mercado, sendo admitida cláusula de reajuste em sentido estrito, com a previsão de índice específico para a atualização do valor monetário da contratação;**

.....

**ADPF 1178 MC-REF / DF**

III – Admite-se a contratação de honorários fixados em percentual sobre o valor efetivamente recuperado ou auferido com a prestação do serviço, desde que **exclusivamente** na modalidade Contrato de Êxito, **devendo constar do contrato o valor estimado dos honorários e a reserva de dotações orçamentárias para o respectivo pagamento**, que deve ser feita de modo a se compatibilizar com o valor estimado da contratação;

IV – **É possível a celebração de Contrato de Risco Puro, no qual a incerteza do sucesso da causa é inteiramente suportada pelo contratado**, representando para a Administração razoável segurança do prestador de serviço acerca da viabilidade de aceitação da tese pelo Poder Judiciário;

V – **Em qualquer das hipóteses acima, não será permitida a antecipação de valores pela Administração nas situações previstas no art. 4º desta Instrução.**

Parágrafo único. Os referidos contratos devem ser apreciados e aprovados pelo responsável pelo Controle Interno municipal, no tocante à economicidade e razoabilidade na fixação dos honorários, levando-se em consideração o porte do município, a natureza e complexidade da causa, bem como a análise e previsão de cláusula contratual específica tratando sobre o deslinde final das demandas administrativas e judiciais.

Por outro lado, existe notícia de que se avizinha possível julgamento de demandas ajuizadas por Municípios pátrios perante Tribunais estrangeiros.

**Não se cuida, neste momento processual, de efetuar qualquer juízo de valor sobre tal iniciativa ou acerca de suas eventuais consequências em território nacional, inclusive no tocante à forma de pagamento ou de internalização de recursos eventualmente provenientes de ordens judiciais estrangeiras.**

Contudo, é pertinente a aferição quanto às condições em que Municípios brasileiros litigam diante de Tribunais estrangeiros, uma vez



**ADPF 1178 MC-REF / DF**

que este aspecto possui consequências para parcela do patrimônio público nacional e para a efetiva e integral reparação de danos perpetrados em solo brasileiro.

Dessa forma, determino que os Municípios relacionados nestes autos, como sendo os proponentes de demandas em Tribunais estrangeiros, exibam os contratos porventura celebrados com os escritórios de advocacia em outros países.

Determino também que tais Municípios, em nenhuma hipótese, efetuem pagamento de honorários relativos às ações judiciais perante tribunais estrangeiros sem o prévio exame da legalidade por parte das instâncias soberanas do Estado brasileiro, sobretudo este STF.

Friso, mais uma vez, que não há qualquer exame sobre a pertinência e validade das ações judiciais em curso perante Tribunais estrangeiros, o que será efetuado após a devida instrução processual e manifestação de todos os órgãos competentes, em estrita observância ao primado do contraditório e da ampla defesa.

**CONCLUSÃO**

Ante o exposto, voto pelo **referendo** da decisão, pela qual **deferido em parte** o pedido de medida liminar, para determinar aos Municípios relacionados como interessados nestes autos que adotem as seguintes medidas:

(i) deverão juntar cópias dos contratos porventura celebrados com os escritórios de advocacia para atuarem em outros países; e

(ii) deverão se abster de efetuarem qualquer pagamento de honorários, **contratados *ad exitum***, relativos às ações judiciais perante Tribunais estrangeiros, sem antes haver exame da legalidade por parte das instâncias soberanas do Estado brasileiro, sobretudo este STF.

É como voto.

**06/11/2024****PLENÁRIO****REFERENDO NA MEDIDA CAUTELAR NA ARGUIÇÃO DE  
DESCUMPRIMENTO DE PRECEITO FUNDAMENTAL 1.178 DISTRITO  
FEDERAL**

<b>RELATOR</b>	<b>: MIN. FLÁVIO DINO</b>
<b>REQTE.(S)</b>	<b>: INSTITUTO BRASILEIRO DE MINERACAO IBRAM</b>
<b>ADV.(A/S)</b>	<b>: WALFRIDO JORGE WARDE JUNIOR</b>
<b>ADV.(A/S)</b>	<b>: CELSO CALDAS MARTINS XAVIER</b>
<b>ADV.(A/S)</b>	<b>: RAFAEL RAMIRES ARAUJO VALIM</b>
<b>ADV.(A/S)</b>	<b>: DANIEL KAUFMAN SCHAFER</b>
<b>INTDO.(A/S)</b>	<b>: MUNICÍPIO DE ACAIACA</b>
<b>ADV.(A/S)</b>	<b>: PROCURADOR-GERAL DO MUNICÍPIO DE ACAIACA</b>
<b>INTDO.(A/S)</b>	<b>: MUNICÍPIO DE AÇUCENA</b>
<b>ADV.(A/S)</b>	<b>: PROCURADOR-GERAL DO MUNICÍPIO DE AÇUCENA</b>
<b>INTDO.(A/S)</b>	<b>: MUNICÍPIO DE AIMORÉS</b>
<b>ADV.(A/S)</b>	<b>: PROCURADOR-GERAL DO MUNICÍPIO DE AIMORÉS</b>
<b>INTDO.(A/S)</b>	<b>: MUNICÍPIO DE ALPERCATA</b>
<b>ADV.(A/S)</b>	<b>: PROCURADOR-GERAL DO MUNICÍPIO DE ALPERCATA</b>
<b>INTDO.(A/S)</b>	<b>: MUNICÍPIO DE ALVINÓPOLIS</b>
<b>ADV.(A/S)</b>	<b>: PROCURADOR-GERAL DO MUNICÍPIO DE ALVINÓPOLIS</b>
<b>INTDO.(A/S)</b>	<b>: MUNICÍPIO DE BARRA LONGA</b>
<b>ADV.(A/S)</b>	<b>: PROCURADOR-GERAL DO MUNICÍPIO DE BARRA LONGA</b>
<b>INTDO.(A/S)</b>	<b>: MUNICÍPIO DE BELO ORIENTE</b>
<b>ADV.(A/S)</b>	<b>: PROCURADOR-GERAL DO MUNICÍPIO DE BELO ORIENTE</b>
<b>INTDO.(A/S)</b>	<b>: MUNICÍPIO DE BOM JESUS DO GALHO</b>
<b>ADV.(A/S)</b>	<b>: PROCURADOR-GERAL DO MUNICÍPIO DE BOM JESUS DO GALHO</b>
<b>INTDO.(A/S)</b>	<b>: MUNICÍPIO DE BUGRE</b>
<b>ADV.(A/S)</b>	<b>: PROCURADOR-GERAL DO MUNICÍPIO DE BUGRE</b>

**ADPF 1178 MC-REF / DF**

INTDO.(A/S)	:MUNICÍPIO DE CONSELHEIRO PENA
ADV.(A/S)	:PROCURADOR-GERAL DO MUNICÍPIO DE CONSELHEIRO PENA
INTDO.(A/S)	:MUNICÍPIO DE CORONEL FABRICIANO
ADV.(A/S)	:PROCURADOR-GERAL DO MUNICÍPIO DE CORONEL FABRICIANO
INTDO.(A/S)	:MUNICÍPIO DE Córrego Novo
ADV.(A/S)	:PROCURADOR-GERAL DO MUNICÍPIO DE Córrego Novo
INTDO.(A/S)	:MUNICÍPIO DE DIONÍSIO
ADV.(A/S)	:PROCURADOR-GERAL DO MUNICÍPIO DE DIONÍSIO
INTDO.(A/S)	:MUNICÍPIO DE ENGENHEIRO CALDAS
ADV.(A/S)	:PROCURADOR-GERAL DO MUNICÍPIO DE ENGENHEIRO CALDAS
INTDO.(A/S)	:MUNICÍPIO DE FERNANDES TOURINHO
ADV.(A/S)	:PROCURADOR-GERAL DO MUNICÍPIO DE FERNANDES TOURINHO
INTDO.(A/S)	:MUNICÍPIO DE GALILÉIA
ADV.(A/S)	:PROCURADOR-GERAL DO MUNICÍPIO DE GALILÉIA
INTDO.(A/S)	:MUNICÍPIO DE GOVERNADOR VALADARES
ADV.(A/S)	:PROCURADOR-GERAL DO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR VALADARES
INTDO.(A/S)	:MUNICÍPIO DE IPABA
ADV.(A/S)	:PROCURADOR-GERAL DO MUNICÍPIO DE IPABA
INTDO.(A/S)	:MUNICÍPIO DE IPATINGA
ADV.(A/S)	:PROCURADOR-GERAL DO MUNICÍPIO DE IPATINGA
INTDO.(A/S)	:MUNICÍPIO DE ITUETA
ADV.(A/S)	:PROCURADOR-GERAL DO MUNICÍPIO DE ITUETA
INTDO.(A/S)	:MUNICÍPIO DE MARIANA
ADV.(A/S)	:PROCURADOR-GERAL DO MUNICÍPIO DE MARIANA
INTDO.(A/S)	:MUNICÍPIO DE MATIPÓ
ADV.(A/S)	:PROCURADOR-GERAL DO MUNICÍPIO DE MATIPÓ
INTDO.(A/S)	:MUNICÍPIO DE NAQUE

**ADPF 1178 MC-REF / DF**

ADV.(A/S)	:PROCURADOR-GERAL DO MUNICÍPIO DE NAQUE
INTDO.(A/S)	:MUNICÍPIO DE OURO PRETO
ADV.(A/S)	:PROCURADOR-GERAL DO MUNICÍPIO DE OURO PRETO
INTDO.(A/S)	:MUNICÍPIO DE PERIQUITO
ADV.(A/S)	:PROCURADOR-GERAL DO MUNICÍPIO DE PERIQUITO
INTDO.(A/S)	:MUNICÍPIO DE PINGO D'ÁGUA
ADV.(A/S)	:PROCURADOR-GERAL DO MUNICÍPIO DE PINGO D'ÁGUA
INTDO.(A/S)	:MUNICÍPIO DE RAUL SOARES
ADV.(A/S)	:PROCURADOR-GERAL DO MUNICÍPIO DE RAUL SOARES
INTDO.(A/S)	:MUNICÍPIO DE RESPLENDOR
ADV.(A/S)	:PROCURADOR-GERAL DO MUNICÍPIO DE RESPLENDOR
INTDO.(A/S)	:MUNICÍPIO DE RIO DOCE
ADV.(A/S)	:PROCURADOR-GERAL DO MUNICÍPIO DE RIO DOCE
INTDO.(A/S)	:MUNICÍPIO DE SANTA CRUZ DO ESCALVADO
ADV.(A/S)	:PROCURADOR-GERAL DO MUNICÍPIO DE SANTA CRUZ DO ESCALVADO
INTDO.(A/S)	:MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS DO PRATA
ADV.(A/S)	:PROCURADOR-GERAL DO MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS DO PRATA
INTDO.(A/S)	:MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO GOIABA
ADV.(A/S)	:PROCURADOR-GERAL DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO GOIABA
INTDO.(A/S)	:MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DOS FERROS
ADV.(A/S)	:PROCURADOR-GERAL DO MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DOS FERROS
INTDO.(A/S)	:MUNICÍPIO DE SEM-PEIXE
ADV.(A/S)	:PROCURADOR-GERAL DO MUNICÍPIO DE SEM- PEIXE
INTDO.(A/S)	:MUNICÍPIO DE SOBRÁLIA
ADV.(A/S)	:PROCURADOR-GERAL DO MUNICÍPIO DE SOBRÁLIA

**ADPF 1178 MC-REF / DF**

INTDO.(A/S)	:MUNICÍPIO DE TUMIRITINGA
ADV.(A/S)	:PROCURADOR-GERAL DO MUNICÍPIO DE TUMIRITINGA
INTDO.(A/S)	:MUNICÍPIO DE ARACRUZ
ADV.(A/S)	:PROCURADOR-GERAL DO MUNICÍPIO DE ARACRUZ
INTDO.(A/S)	:MUNICÍPIO DE BAIXO GUANDU
ADV.(A/S)	:PROCURADOR-GERAL DO MUNICÍPIO DE BAIXO GUANDU
INTDO.(A/S)	:MUNICÍPIO DE COLATINA
ADV.(A/S)	:PROCURADOR-GERAL DO MUNICÍPIO DE COLATINA
INTDO.(A/S)	:MUNICÍPIO DE CONCEIÇÃO DA BARRA
ADV.(A/S)	:PROCURADOR-GERAL DO MUNICÍPIO DE CONCEIÇÃO DA BARRA
INTDO.(A/S)	:MUNICÍPIO DE MARILÂNDIA
ADV.(A/S)	:PROCURADOR-GERAL DO MUNICÍPIO DE MARILÂNDIA
INTDO.(A/S)	:MUNICÍPIO DE SÃO MATEUS
ADV.(A/S)	:PROCURADOR-GERAL DO MUNICÍPIO DE SÃO MATEUS
INTDO.(A/S)	:MUNICÍPIO DE ALCobaça
ADV.(A/S)	:PROCURADOR-GERAL DO MUNICÍPIO DE ALCobaça
INTDO.(A/S)	:MUNICÍPIO DE CARAVELAS
ADV.(A/S)	:PROCURADOR-GERAL DO MUNICÍPIO DE CARAVELAS
INTDO.(A/S)	:MUNICÍPIO DE NOVA Viçosa
ADV.(A/S)	:PROCURADOR-GERAL DO MUNICÍPIO DE NOVA Viçosa
INTDO.(A/S)	:MUNICÍPIO DE PRADO
ADV.(A/S)	:PROCURADOR-GERAL DO MUNICÍPIO DE PRADO
INTDO.(A/S)	:MUNICÍPIO DE ANTONIO DIAS
ADV.(A/S)	:PROCURADOR-GERAL DO MUNICÍPIO DE ANTONIO DIAS
INTDO.(A/S)	:MUNICÍPIO DE GONZAGA
ADV.(A/S)	:PROCURADOR-GERAL DO MUNICÍPIO DE

**ADPF 1178 MC-REF / DF**

	GONZAGA
INTDO.(A/S)	:MUNICÍPIO DE IAPU
ADV.(A/S)	:PROCURADOR-GERAL DO MUNICÍPIO DE IAPU
INTDO.(A/S)	:MUNICÍPIO DE PONTE NOVA
ADV.(A/S)	:PROCURADOR-GERAL DO MUNICÍPIO DE PONTE NOVA
INTDO.(A/S)	:MUNICÍPIO DE RIO CASCA
ADV.(A/S)	:PROCURADOR-GERAL DO MUNICÍPIO DE RIO CASCA
INTDO.(A/S)	:MUNICÍPIO DE SOORETAMA
ADV.(A/S)	:PROCURADOR-GERAL DO MUNICÍPIO DE SOORETAMA
INTDO.(A/S)	:MUNICÍPIO DE MUCURI
ADV.(A/S)	:PROCURADOR-GERAL DO MUNICÍPIO DE MUCURI
INTDO.(A/S)	:MUNICÍPIO DE BRUMADINHO
ADV.(A/S)	:PROCURADOR-GERAL DO MUNICÍPIO DE BRUMADINHO
INTDO.(A/S)	:MUNICÍPIO DE MARIO CAMPOS
ADV.(A/S)	:PROCURADOR-GERAL DO MUNICÍPIO DE MARIO CAMPOS
INTDO.(A/S)	:MUNICÍPIO DE BARÃO DE COCAIS
ADV.(A/S)	:PROCURADOR-GERAL DO MUNICÍPIO DE BARÃO DE COCAIS
INTDO.(A/S)	:MUNICÍPIO DE ITABIRA
ADV.(A/S)	:PROCURADOR-GERAL DO MUNICÍPIO DE ITABIRA
INTDO.(A/S)	:MUNICÍPIO DE ITABIRITO
ADV.(A/S)	:PROCURADOR-GERAL DO MUNICÍPIO DE ITABIRITO
INTDO.(A/S)	:MUNICÍPIO DE NOVA LIMA
ADV.(A/S)	:PROCURADOR-GERAL DO MUNICÍPIO DE NOVA LIMA
INTDO.(A/S)	:MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO DO RIO ABAIXO
ADV.(A/S)	:PROCURADOR-GERAL DO MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO DO RIO ABAIXO
AM. CURIAE.	:ASSOCIACAO NACIONAL DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS
ADV.(A/S)	:MANOEL CAETANO FERREIRA FILHO

**ADPF 1178 MC-REF / DF**

<b>AM. CURIAE.</b>	<b>: ASSOCIACAO MINEIRA DE MUNICIPIOS - AMM</b>
<b>ADV.(A/S)</b>	<b>: ACACIO WILDE EMILIO DOS SANTOS</b>
<b>AM. CURIAE.</b>	<b>: INSTITUTO CLIMA DE INOVACAO E TECNOLOGIA LTDA</b>
<b>ADV.(A/S)</b>	<b>: MARIA TEREZA UILLE GOMES E OUTRO(A/S)</b>
<b>AM. CURIAE.</b>	<b>: CONSORCIO PUBLICO PARA DEFESA E REVITALIZACAO DO RIO DOCE</b>
<b>ADV.(A/S)</b>	<b>: JOSE EDUARDO MARTINS CARDOZO</b>
<b>AM. CURIAE.</b>	<b>: CENTRAL UNICA DOS TRABALHADORES-CUT</b>
<b>ADV.(A/S)</b>	<b>: JOSE EYMARD LOGUERCIO</b>
<b>AM. CURIAE.</b>	<b>: CONFEDERACAO NACIONAL DE MUNICIPIOS</b>
<b>ADV.(A/S)</b>	<b>: MÁRTIN PERIUS HAEBERLIN</b>
<b>AM. CURIAE.</b>	<b>: CONFEDERACAO NACIONAL DA INDUSTRIA</b>
<b>ADV.(A/S)</b>	<b>: CASSIO AUGUSTO MUNIZ BORGES</b>
<b>AM. CURIAE.</b>	<b>: ASSOCIACAO DOS REMAN.DOS QUILOMBOS DE PRODUTORES E PRODUTORAS RURAIS DA AGRIC.FAMILIAR DA COM.DE SAO DOMINGOS-SAPE DO NORTE CONCEICAO DA BARRAES</b>
<b>AM. CURIAE.</b>	<b>: ASSOCIACAO DOS REMANESCENTES DOS QUILOMBOS DE PROD.RURAIS DA AGRIC. FAMILIAR E PESQ. DA COM.DO M.DA ONCA-SAPE DO NORTE CONC. DA BARRA-ES-ARMO</b>
<b>ADV.(A/S)</b>	<b>: ANTONIO CARLOS DE ALMEIDA CASTRO</b>
<b>AM. CURIAE.</b>	<b>: FEDERACAO DAS INDUSTRIAS DO ESTADO DO ESPIRITO SANTO</b>
<b>ADV.(A/S)</b>	<b>: RODRIGO AMORIM CRISTELLO</b>
<b>AM. CURIAE.</b>	<b>: FEDERACAO DAS INDUSTRIAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS - FIEMG</b>
<b>ADV.(A/S)</b>	<b>: LETICIA DE OLIVEIRA LOURENCO E OUTRO(A/S)</b>
<b>AM. CURIAE.</b>	<b>: ASSOCIACAO INDIGENA TUPINIKIM DA ALDEIA AREAL - AITAA</b>
<b>ADV.(A/S)</b>	<b>: CELSO CORDEIRO DE ALMEIDA E SILVA E OUTRO(A/S)</b>

**VOTO-VOGAL**

**ADPF 1178 MC-REF / DF**

O SENHOR MINISTRO EDSON FACHIN: Saúdo o eminente Relator, Ministro Flávio Dino, que submete a referendo do Plenário a seguinte decisão cautelar:

“ .....

Ante o exposto, defiro em parte o pedido de medida liminar, ad referendum do Plenário, para determinar aos Municípios relacionados como interessados nestes autos que adotem as seguintes medidas:

(i) deverão juntar cópias dos contratos porventura celebrados com os escritórios de advocacia para atuarem em outros países; e

(ii) deverão se abster de efetuarem qualquer pagamento de honorários, contratados ad exitum, relativos às ações judiciais perante Tribunais estrangeiros, sem antes haver exame da legalidade por parte das instâncias soberanas do Estado brasileiro, sobretudo este STF.”

Permito-me, explicitar as premissas que conduziram às minhas conclusões na matéria. Rememoro que se trata de ADPF proposta pelo INSTITUTO BRASILEIRO DE MINERAÇÃO (IBRAM) que tem por objeto “a interpretação jurídica (inconstitucional), que vem sendo adotada por diversos Municípios brasileiros, de que eles poderiam litigar diretamente perante jurisdições estrangeiras, em detrimento da jurisdição brasileira, sobre fatos ocorridos no Brasil e regidos pela legislação brasileira” (eDOC 1, p. 1).

A requerente busca, em síntese, a “(i) declaração da inconstitucionalidade da interpretação adotada por diversos Municípios brasileiros, no sentido de que teriam legitimidade para, em nome próprio, figurarem como parte em ações judiciais que tramitam perante jurisdições estrangeiras; e, por conseguinte, (ii) a invalidação dos atos administrativos municipais (cf. Doc. 05) que encampam e corporificam a referida interpretação” (eDOC 1, p. 2).

Em nova petição, o requerente faz novos requerimentos reforçando a



**ADPF 1178 MC-REF / DF**

urgência ante “a iminência do julgamento de uma ação que tramita no Reino Unido, marcado para este mês de Outubro, o que reforça a urgência na concessão da medida ora reiterada.”

O eminente Relator concedeu então a medida cautelar aqui submetida à referendo.

Peço vênica para manifestar minha posição de não referendar a medida, pois do exame das questões e alegações aqui trazidas não verifico *prima facie* para o caso concreto o “*periculum in mora*” necessário a ensejar a decisão acautelatória.

Anoto, em perambular, que se está diante de arguição de descumprimento de preceito fundamental, recaindo sobre a modalidade as normas jurídicas atinentes ao controle concentrado segundo a lei e a interpretação majoritária do tribunal. Não é, pois, litígio subjetivo de caráter patrimonial que restrinja a atividade judicante, nem pretensão de controle de constitucionalidade que se amolde a outra via processual.

Faço esse registro inicial para assentar compreensão diante da qual deduzi como preenchido o pressuposto atinente à subsidiariedade, vale dizer, não se me afigura caso para ADI, ADC ou ADO, nem se reveste de pretensão cabível em ação cível originária que veicule interesse concreto. Isso não significa inexistência de questões outras de natureza prejudicial ou preliminar, especialmente a legitimidade ativa, cujo exame posteriormente ainda poderá ocorrer.

Entendo, assim, cabível, em seara cautelar o exame dessa decisão em abstrato porquanto não traduz substancialmente um litígio econômico específico. Justifica-se ainda essa atuação porque, ainda que, imediatamente, o tema possa amoldar-se ao debate, em tese, sobre conflito federativo ou a respeito da soberania, como se alega, mediatamente, nada obstante, aqui pode haver questões essenciais específicas de direitos fundamentais em interesses supra individuais, não exclusivamente econômicos, emergentes de direitos fundamentais autônomos como aos vinculados ao meio ambiente. Por isso, com essa fundamentação, passo ao voto.

Assento, ao início, uma imprescindível premissa. Voto restringindo-

**ADPF 1178 MC-REF / DF**

me ao tema da constitucionalidade ou inconstitucionalidade quanto a atos de municípios brasileiros em promover ações judiciais perante tribunais estrangeiros. Restrinjo-me ao tema em controle concentrado de constitucionalidade, vale dizer, são constitucionais ou são inconstitucionais atos de municípios brasileiros voltados a promover o ajuizamento de ações no exterior.

Oportunamente, por certo, o tribunal definirá se a diretriz a ser fixada compreenderá todos os entes subnacionais, e não apenas os Municípios, o que parece ser o melhor caminho. Afinal, é de um desate de constitucionalidade que se trata numa questão simples de resposta complexa: tem ou não o ente subnacional a possibilidade jurídica consoante a Constituição brasileira de litigar como parte em tribunal no exterior? Mais que isso: é da exata compreensão do federalismo que se trata, a desafiar uma hermenêutica protetiva de direitos fundamentais. Temas aflorarão como uma visão mais ampla que a dicotomia centralização e descentralização, e ainda o escrutínio possível de ações e atuações de entes subnacionais, seus limites e possibilidades numa perspectiva teleológica.

Aqui não se mira apenas um caso concreto nem uma situação subjetiva somente. É mais propriamente um exame abstrato da questão atinente à legitimidade ativa de ente subnacional em face da Constituição brasileira. Nessa via de escopo bem delimitado, vejo que a matéria de fundo levará a examinar se, diante de ajuizamento de demanda em tribunal estrangeiro por ente subnacional brasileiro, haveria ou não violações aos seguintes princípios constitucionais: a soberania nacional, o pacto federativo, os da Administração Pública e da organização do Estado brasileiro.

Sem embargo, mesmo posto o tema nessa extensão precisamente em sede de controle concentrado, o que se apresenta para o momento é tão somente o crivo para referendo da cautelar deferida pelo Ministro Relator que vem de obstar a ente subnacional pagamento de honorários advocatícios em tal hipótese. E em se tratando de cautelar, cumpre ver se estão presentes os requisitos para o deferimento e referendo.

**ADPF 1178 MC-REF / DF**

No que concerne à aparência de bom direito, por ora emerge dúvida mesmo diante da razoabilidade dos iniciais argumentos até agora deduzidos nos autos, aos quais se contrapõem argumentos igualmente ponderáveis.

O que, em meu ponto de vista, objetivamente aqui, ao menos por ora, não se põe à amostra é o perigo da demora. E explico. O Relator, na decisão submetida a referendo, justifica a urgência da medida nas notícias de que se avizinha possível julgamento de demandas ajuizadas por Municípios pátrios perante Tribunais estrangeiros.

Com respeito às posições nesse sentido, penso que não há urgência no receio de pagamentos de honorários de êxito *tout court* pelo início de julgamento de caso em tribunal estrangeiro.

O parágrafo 1º do art. 5º da Lei 9.882/1999 dispõe que:

“Art. 5º O Supremo Tribunal Federal, por decisão da maioria absoluta de seus membros, poderá deferir pedido de medida liminar na arguição de descumprimento de preceito fundamental.

§ 1º Em caso de extrema urgência ou perigo de lesão grave, ou ainda, em período de recesso, poderá o relator conceder a liminar, *ad referendum* do Tribunal Pleno.”

Do enunciado do § 1º do art. 5º da Lei 9.882/1999 dimana a exigência de comprovação de extrema urgência ou de perigo de lesão grave para que haja a concessão de liminar pelo Relator.

Com todas as vênias aos entendimentos diversos, entendo que tal exigência não foi satisfeita na presente arguição de descumprimento de preceito fundamental, tendo em vista que não é possível identificar, a partir das alegações e dos documentos acostados aos autos, elementos que respaldem a alegação de urgência que autorizaria a manutenção da cautelar concedida.

Não obstante, neste momento processual, não encontro nos autos, a prova da urgência ou do perigo de lesão, isto é, o perigo concreto de que tais pagamentos ocorram ou tenham ocorrido recentemente, o que

**ADPF 1178 MC-REF / DF**

demandaria a concessão da medida.

Portanto, verifico a ausência dos elementos necessários para configurar o perigo na demora. Sem prejuízo de novo exame ante a se evidenciar perigo de dano ou risco ao resultado útil do processo.

Conforme também expôs o Relator, não se está aqui a adentrar no exame de mérito da presente ação. Neste sentido, ressalvo exame futuro, inclusive preliminarmente quanto à legitimidade da requerente, como também me reservo para a análise de mérito da arguição quando submetida matéria de fundo do feito ao plenário pelo e. Relator.

Pelo exposto, diante do que depreendo ser qualificado, no caso, como a ausência de perigo da demora, com a devida vênia, divirjo do Relator e deixo de referendar a medida cautelar.

É como voto.

**06/11/2024****PLENÁRIO****REFERENDO NA MEDIDA CAUTELAR NA ARGUIÇÃO DE  
DESCUMPRIMENTO DE PRECEITO FUNDAMENTAL 1.178 DISTRITO  
FEDERAL**

<b>RELATOR</b>	<b>: MIN. FLÁVIO DINO</b>
<b>REQTE.(S)</b>	<b>: INSTITUTO BRASILEIRO DE MINERACAO IBRAM</b>
<b>ADV.(A/S)</b>	<b>: WALFRIDO JORGE WARDE JUNIOR</b>
<b>ADV.(A/S)</b>	<b>: CELSO CALDAS MARTINS XAVIER</b>
<b>ADV.(A/S)</b>	<b>: RAFAEL RAMIRES ARAUJO VALIM</b>
<b>ADV.(A/S)</b>	<b>: DANIEL KAUFMAN SCHAFER</b>
<b>INTDO.(A/S)</b>	<b>: MUNICÍPIO DE ACAIACA</b>
<b>ADV.(A/S)</b>	<b>: PROCURADOR-GERAL DO MUNICÍPIO DE ACAIACA</b>
<b>INTDO.(A/S)</b>	<b>: MUNICÍPIO DE AÇUCENA</b>
<b>ADV.(A/S)</b>	<b>: PROCURADOR-GERAL DO MUNICÍPIO DE AÇUCENA</b>
<b>INTDO.(A/S)</b>	<b>: MUNICÍPIO DE AIMORÉS</b>
<b>ADV.(A/S)</b>	<b>: PROCURADOR-GERAL DO MUNICÍPIO DE AIMORÉS</b>
<b>INTDO.(A/S)</b>	<b>: MUNICÍPIO DE ALPERCATA</b>
<b>ADV.(A/S)</b>	<b>: PROCURADOR-GERAL DO MUNICÍPIO DE ALPERCATA</b>
<b>INTDO.(A/S)</b>	<b>: MUNICÍPIO DE ALVINÓPOLIS</b>
<b>ADV.(A/S)</b>	<b>: PROCURADOR-GERAL DO MUNICÍPIO DE ALVINÓPOLIS</b>
<b>INTDO.(A/S)</b>	<b>: MUNICÍPIO DE BARRA LONGA</b>
<b>ADV.(A/S)</b>	<b>: PROCURADOR-GERAL DO MUNICÍPIO DE BARRA LONGA</b>
<b>INTDO.(A/S)</b>	<b>: MUNICÍPIO DE BELO ORIENTE</b>
<b>ADV.(A/S)</b>	<b>: PROCURADOR-GERAL DO MUNICÍPIO DE BELO ORIENTE</b>
<b>INTDO.(A/S)</b>	<b>: MUNICÍPIO DE BOM JESUS DO GALHO</b>
<b>ADV.(A/S)</b>	<b>: PROCURADOR-GERAL DO MUNICÍPIO DE BOM JESUS DO GALHO</b>
<b>INTDO.(A/S)</b>	<b>: MUNICÍPIO DE BUGRE</b>
<b>ADV.(A/S)</b>	<b>: PROCURADOR-GERAL DO MUNICÍPIO DE BUGRE</b>

**ADPF 1178 MC-REF / DF**

INTDO.(A/S)	:MUNICÍPIO DE CONSELHEIRO PENA
ADV.(A/S)	:PROCURADOR-GERAL DO MUNICÍPIO DE CONSELHEIRO PENA
INTDO.(A/S)	:MUNICÍPIO DE CORONEL FABRICIANO
ADV.(A/S)	:PROCURADOR-GERAL DO MUNICÍPIO DE CORONEL FABRICIANO
INTDO.(A/S)	:MUNICÍPIO DE Córrego Novo
ADV.(A/S)	:PROCURADOR-GERAL DO MUNICÍPIO DE Córrego Novo
INTDO.(A/S)	:MUNICÍPIO DE DIONÍSIO
ADV.(A/S)	:PROCURADOR-GERAL DO MUNICÍPIO DE DIONÍSIO
INTDO.(A/S)	:MUNICÍPIO DE ENGENHEIRO CALDAS
ADV.(A/S)	:PROCURADOR-GERAL DO MUNICÍPIO DE ENGENHEIRO CALDAS
INTDO.(A/S)	:MUNICÍPIO DE FERNANDES TOURINHO
ADV.(A/S)	:PROCURADOR-GERAL DO MUNICÍPIO DE FERNANDES TOURINHO
INTDO.(A/S)	:MUNICÍPIO DE GALILÉIA
ADV.(A/S)	:PROCURADOR-GERAL DO MUNICÍPIO DE GALILÉIA
INTDO.(A/S)	:MUNICÍPIO DE GOVERNADOR VALADARES
ADV.(A/S)	:PROCURADOR-GERAL DO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR VALADARES
INTDO.(A/S)	:MUNICÍPIO DE IPABA
ADV.(A/S)	:PROCURADOR-GERAL DO MUNICÍPIO DE IPABA
INTDO.(A/S)	:MUNICÍPIO DE IPATINGA
ADV.(A/S)	:PROCURADOR-GERAL DO MUNICÍPIO DE IPATINGA
INTDO.(A/S)	:MUNICÍPIO DE ITUETA
ADV.(A/S)	:PROCURADOR-GERAL DO MUNICÍPIO DE ITUETA
INTDO.(A/S)	:MUNICÍPIO DE MARIANA
ADV.(A/S)	:PROCURADOR-GERAL DO MUNICÍPIO DE MARIANA
INTDO.(A/S)	:MUNICÍPIO DE MATIPÓ
ADV.(A/S)	:PROCURADOR-GERAL DO MUNICÍPIO DE MATIPÓ
INTDO.(A/S)	:MUNICÍPIO DE NAQUE

**ADPF 1178 MC-REF / DF**

<b>ADV.(A/S)</b>	<b>:PROCURADOR-GERAL DO MUNICÍPIO DE NAQUE</b>
<b>INTDO.(A/S)</b>	<b>:MUNICÍPIO DE OURO PRETO</b>
<b>ADV.(A/S)</b>	<b>:PROCURADOR-GERAL DO MUNICÍPIO DE OURO PRETO</b>
<b>INTDO.(A/S)</b>	<b>:MUNICÍPIO DE PERIQUITO</b>
<b>ADV.(A/S)</b>	<b>:PROCURADOR-GERAL DO MUNICÍPIO DE PERIQUITO</b>
<b>INTDO.(A/S)</b>	<b>:MUNICÍPIO DE PINGO D'ÁGUA</b>
<b>ADV.(A/S)</b>	<b>:PROCURADOR-GERAL DO MUNICÍPIO DE PINGO D'ÁGUA</b>
<b>INTDO.(A/S)</b>	<b>:MUNICÍPIO DE RAUL SOARES</b>
<b>ADV.(A/S)</b>	<b>:PROCURADOR-GERAL DO MUNICÍPIO DE RAUL SOARES</b>
<b>INTDO.(A/S)</b>	<b>:MUNICÍPIO DE RESPLENDOR</b>
<b>ADV.(A/S)</b>	<b>:PROCURADOR-GERAL DO MUNICÍPIO DE RESPLENDOR</b>
<b>INTDO.(A/S)</b>	<b>:MUNICÍPIO DE RIO DOCE</b>
<b>ADV.(A/S)</b>	<b>:PROCURADOR-GERAL DO MUNICÍPIO DE RIO DOCE</b>
<b>INTDO.(A/S)</b>	<b>:MUNICÍPIO DE SANTA CRUZ DO ESCALVADO</b>
<b>ADV.(A/S)</b>	<b>:PROCURADOR-GERAL DO MUNICÍPIO DE SANTA CRUZ DO ESCALVADO</b>
<b>INTDO.(A/S)</b>	<b>:MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS DO PRATA</b>
<b>ADV.(A/S)</b>	<b>:PROCURADOR-GERAL DO MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS DO PRATA</b>
<b>INTDO.(A/S)</b>	<b>:MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO GOIABA</b>
<b>ADV.(A/S)</b>	<b>:PROCURADOR-GERAL DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO GOIABA</b>
<b>INTDO.(A/S)</b>	<b>:MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DOS FERROS</b>
<b>ADV.(A/S)</b>	<b>:PROCURADOR-GERAL DO MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DOS FERROS</b>
<b>INTDO.(A/S)</b>	<b>:MUNICÍPIO DE SEM-PEIXE</b>
<b>ADV.(A/S)</b>	<b>:PROCURADOR-GERAL DO MUNICÍPIO DE SEM- PEIXE</b>
<b>INTDO.(A/S)</b>	<b>:MUNICÍPIO DE SOBRÁLIA</b>
<b>ADV.(A/S)</b>	<b>:PROCURADOR-GERAL DO MUNICÍPIO DE SOBRÁLIA</b>

**ADPF 1178 MC-REF / DF**

INTDO.(A/S)	:MUNICÍPIO DE TUMIRITINGA
ADV.(A/S)	:PROCURADOR-GERAL DO MUNICÍPIO DE TUMIRITINGA
INTDO.(A/S)	:MUNICÍPIO DE ARACRUZ
ADV.(A/S)	:PROCURADOR-GERAL DO MUNICÍPIO DE ARACRUZ
INTDO.(A/S)	:MUNICÍPIO DE BAIXO GUANDU
ADV.(A/S)	:PROCURADOR-GERAL DO MUNICÍPIO DE BAIXO GUANDU
INTDO.(A/S)	:MUNICÍPIO DE COLATINA
ADV.(A/S)	:PROCURADOR-GERAL DO MUNICÍPIO DE COLATINA
INTDO.(A/S)	:MUNICÍPIO DE CONCEIÇÃO DA BARRA
ADV.(A/S)	:PROCURADOR-GERAL DO MUNICÍPIO DE CONCEIÇÃO DA BARRA
INTDO.(A/S)	:MUNICÍPIO DE MARILÂNDIA
ADV.(A/S)	:PROCURADOR-GERAL DO MUNICÍPIO DE MARILÂNDIA
INTDO.(A/S)	:MUNICÍPIO DE SÃO MATEUS
ADV.(A/S)	:PROCURADOR-GERAL DO MUNICÍPIO DE SÃO MATEUS
INTDO.(A/S)	:MUNICÍPIO DE ALCobaça
ADV.(A/S)	:PROCURADOR-GERAL DO MUNICÍPIO DE ALCobaça
INTDO.(A/S)	:MUNICÍPIO DE CARAVELAS
ADV.(A/S)	:PROCURADOR-GERAL DO MUNICÍPIO DE CARAVELAS
INTDO.(A/S)	:MUNICÍPIO DE NOVA Viçosa
ADV.(A/S)	:PROCURADOR-GERAL DO MUNICÍPIO DE NOVA Viçosa
INTDO.(A/S)	:MUNICÍPIO DE PRADO
ADV.(A/S)	:PROCURADOR-GERAL DO MUNICÍPIO DE PRADO
INTDO.(A/S)	:MUNICÍPIO DE ANTONIO DIAS
ADV.(A/S)	:PROCURADOR-GERAL DO MUNICÍPIO DE ANTONIO DIAS
INTDO.(A/S)	:MUNICÍPIO DE GONZAGA
ADV.(A/S)	:PROCURADOR-GERAL DO MUNICÍPIO DE



**ADPF 1178 MC-REF / DF**

	GONZAGA
INTDO.(A/S)	:MUNICÍPIO DE IAPU
ADV.(A/S)	:PROCURADOR-GERAL DO MUNICÍPIO DE IAPU
INTDO.(A/S)	:MUNICÍPIO DE PONTE NOVA
ADV.(A/S)	:PROCURADOR-GERAL DO MUNICÍPIO DE PONTE NOVA
INTDO.(A/S)	:MUNICÍPIO DE RIO CASCA
ADV.(A/S)	:PROCURADOR-GERAL DO MUNICÍPIO DE RIO CASCA
INTDO.(A/S)	:MUNICÍPIO DE SOORETAMA
ADV.(A/S)	:PROCURADOR-GERAL DO MUNICÍPIO DE SOORETAMA
INTDO.(A/S)	:MUNICÍPIO DE MUCURI
ADV.(A/S)	:PROCURADOR-GERAL DO MUNICÍPIO DE MUCURI
INTDO.(A/S)	:MUNICÍPIO DE BRUMADINHO
ADV.(A/S)	:PROCURADOR-GERAL DO MUNICÍPIO DE BRUMADINHO
INTDO.(A/S)	:MUNICÍPIO DE MARIO CAMPOS
ADV.(A/S)	:PROCURADOR-GERAL DO MUNICÍPIO DE MARIO CAMPOS
INTDO.(A/S)	:MUNICÍPIO DE BARÃO DE COCAIS
ADV.(A/S)	:PROCURADOR-GERAL DO MUNICÍPIO DE BARÃO DE COCAIS
INTDO.(A/S)	:MUNICÍPIO DE ITABIRA
ADV.(A/S)	:PROCURADOR-GERAL DO MUNICÍPIO DE ITABIRA
INTDO.(A/S)	:MUNICÍPIO DE ITABIRITO
ADV.(A/S)	:PROCURADOR-GERAL DO MUNICÍPIO DE ITABIRITO
INTDO.(A/S)	:MUNICÍPIO DE NOVA LIMA
ADV.(A/S)	:PROCURADOR-GERAL DO MUNICÍPIO DE NOVA LIMA
INTDO.(A/S)	:MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO DO RIO ABAIXO
ADV.(A/S)	:PROCURADOR-GERAL DO MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO DO RIO ABAIXO
AM. CURIAE.	:ASSOCIACAO NACIONAL DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS
ADV.(A/S)	:MANOEL CAETANO FERREIRA FILHO

**ADPF 1178 MC-REF / DF**

<b>AM. CURIAE.</b>	<b>: ASSOCIACAO MINEIRA DE MUNICIPIOS - AMM</b>
<b>ADV.(A/S)</b>	<b>: ACACIO WILDE EMILIO DOS SANTOS</b>
<b>AM. CURIAE.</b>	<b>: INSTITUTO CLIMA DE INOVACAO E TECNOLOGIA LTDA</b>
<b>ADV.(A/S)</b>	<b>: MARIA TEREZA UILLE GOMES E OUTRO(A/S)</b>
<b>AM. CURIAE.</b>	<b>: CONSORCIO PUBLICO PARA DEFESA E REVITALIZACAO DO RIO DOCE</b>
<b>ADV.(A/S)</b>	<b>: JOSE EDUARDO MARTINS CARDOZO</b>
<b>AM. CURIAE.</b>	<b>: CENTRAL UNICA DOS TRABALHADORES-CUT</b>
<b>ADV.(A/S)</b>	<b>: JOSE EYMARD LOGUERCIO</b>
<b>AM. CURIAE.</b>	<b>: CONFEDERACAO NACIONAL DE MUNICIPIOS</b>
<b>ADV.(A/S)</b>	<b>: MÁRTIN PERIUS HAEBERLIN</b>
<b>AM. CURIAE.</b>	<b>: CONFEDERACAO NACIONAL DA INDUSTRIA</b>
<b>ADV.(A/S)</b>	<b>: CASSIO AUGUSTO MUNIZ BORGES</b>
<b>AM. CURIAE.</b>	<b>: ASSOCIACAO DOS REMAN.DOS QUILOMBOS DE PRODUTORES E PRODUTORAS RURAIS DA AGRIC.FAMILIAR DA COM.DE SAO DOMINGOS- SAPE DO NORTE CONCEICAO DA BARRAES</b>
<b>AM. CURIAE.</b>	<b>: ASSOCIACAO DOS REMANESCENTES DOS QUILOMBOS DE PROD.RURAIS DA AGRIC. FAMILIAR E PESQ. DA COM.DO M.DA ONCA-SAPE DO NORTE CONC. DA BARRA-ES-ARMO</b>
<b>ADV.(A/S)</b>	<b>: ANTONIO CARLOS DE ALMEIDA CASTRO</b>
<b>AM. CURIAE.</b>	<b>: FEDERACAO DAS INDUSTRIAS DO ESTADO DO ESPIRITO SANTO</b>
<b>ADV.(A/S)</b>	<b>: RODRIGO AMORIM CRISTELLO</b>
<b>AM. CURIAE.</b>	<b>: FEDERACAO DAS INDUSTRIAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS - FIEMG</b>
<b>ADV.(A/S)</b>	<b>: LETICIA DE OLIVEIRA LOURENCO E OUTRO(A/S)</b>
<b>AM. CURIAE.</b>	<b>: ASSOCIACAO INDIGENA TUPINIKIM DA ALDEIA AREAL - AITAA</b>
<b>ADV.(A/S)</b>	<b>: CELSO CORDEIRO DE ALMEIDA E SILVA E OUTRO(A/S)</b>

**ADPF 1178 MC-REF / DF**

**VOTO-VOGAL**

**O SENHOR MINISTRO ANDRÉ MENDONÇA:**

Por não vislumbrar, neste momento processual, e a partir dos elementos encartados aos autos até a presente data, a caracterização, no caso concreto, do requisito do “*periculum in mora*” necessário a ensejar a decisão acautelatória, com as devidas vênias às posições em contrário, deixo de referendar a medida cautelar.

É como voto.

**PLENÁRIO**

**EXTRATO DE ATA**

**REFERENDO NA MEDIDA CAUTELAR NA ARGUIÇÃO DE DESCUMPRIMENTO DE PRECEITO FUNDAMENTAL 1.178**

PROCED. : DISTRITO FEDERAL

**RELATOR : MIN. FLÁVIO DINO**

REQTE.(S) : INSTITUTO BRASILEIRO DE MINERACAO IBRAM

ADV.(A/S) : WALFRIDO JORGE WARDE JUNIOR (69684/DF, 139503/SP)

ADV.(A/S) : CELSO CALDAS MARTINS XAVIER (39088/DF, 208683/RJ, 172708/SP)

ADV.(A/S) : RAFAEL RAMIRES ARAUJO VALIM (70786/DF, 248606/SP)

ADV.(A/S) : DANIEL KAUFMAN SCHAFFER (60008/DF, 243270/RJ, 310827/SP)

INTDO.(A/S) : MUNICÍPIO DE ACAIACA

ADV.(A/S) : PROCURADOR-GERAL DO MUNICÍPIO DE ACAIACA

INTDO.(A/S) : MUNICÍPIO DE AÇUCENA

ADV.(A/S) : PROCURADOR-GERAL DO MUNICÍPIO DE AÇUCENA

INTDO.(A/S) : MUNICÍPIO DE AIMORÉS

ADV.(A/S) : PROCURADOR-GERAL DO MUNICÍPIO DE AIMORÉS

INTDO.(A/S) : MUNICÍPIO DE ALPERCATA

ADV.(A/S) : PROCURADOR-GERAL DO MUNICÍPIO DE ALPERCATA

INTDO.(A/S) : MUNICÍPIO DE ALVINÓPOLIS

ADV.(A/S) : PROCURADOR-GERAL DO MUNICÍPIO DE ALVINÓPOLIS

INTDO.(A/S) : MUNICÍPIO DE BARRA LONGA

ADV.(A/S) : PROCURADOR-GERAL DO MUNICÍPIO DE BARRA LONGA

INTDO.(A/S) : MUNICÍPIO DE BELO ORIENTE

ADV.(A/S) : PROCURADOR-GERAL DO MUNICÍPIO DE BELO ORIENTE

INTDO.(A/S) : MUNICÍPIO DE BOM JESUS DO GALHO

ADV.(A/S) : PROCURADOR-GERAL DO MUNICÍPIO DE BOM JESUS DO GALHO

INTDO.(A/S) : MUNICÍPIO DE BUGRE

ADV.(A/S) : PROCURADOR-GERAL DO MUNICÍPIO DE BUGRE

INTDO.(A/S) : MUNICÍPIO DE CONSELHEIRO PENA

ADV.(A/S) : PROCURADOR-GERAL DO MUNICÍPIO DE CONSELHEIRO PENA

INTDO.(A/S) : MUNICÍPIO DE CORONEL FABRICIANO

ADV.(A/S) : PROCURADOR-GERAL DO MUNICÍPIO DE CORONEL FABRICIANO

INTDO.(A/S) : MUNICÍPIO DE CÓRREGO NOVO

ADV.(A/S) : PROCURADOR-GERAL DO MUNICÍPIO DE CÓRREGO NOVO

INTDO.(A/S) : MUNICÍPIO DE DIONÍSIO

ADV.(A/S) : PROCURADOR-GERAL DO MUNICÍPIO DE DIONÍSIO

INTDO.(A/S) : MUNICÍPIO DE ENGENHEIRO CALDAS

ADV.(A/S) : PROCURADOR-GERAL DO MUNICÍPIO DE ENGENHEIRO CALDAS

INTDO.(A/S) : MUNICÍPIO DE FERNANDES TOURINHO

ADV.(A/S) : PROCURADOR-GERAL DO MUNICÍPIO DE FERNANDES TOURINHO

INTDO.(A/S) : MUNICÍPIO DE GALILÉIA

ADV.(A/S) : PROCURADOR-GERAL DO MUNICÍPIO DE GALILÉIA

INTDO.(A/S) : MUNICÍPIO DE GOVERNADOR VALADARES

ADV.(A/S) : PROCURADOR-GERAL DO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR VALADARES

INTDO.(A/S) : MUNICÍPIO DE IPABA

ADV. (A/S) : PROCURADOR-GERAL DO MUNICÍPIO DE IPABA  
INTDO. (A/S) : MUNICÍPIO DE IPATINGA  
ADV. (A/S) : PROCURADOR-GERAL DO MUNICÍPIO DE IPATINGA  
INTDO. (A/S) : MUNICÍPIO DE ITUETA  
ADV. (A/S) : PROCURADOR-GERAL DO MUNICÍPIO DE ITUETA  
INTDO. (A/S) : MUNICÍPIO DE MARIANA  
ADV. (A/S) : PROCURADOR-GERAL DO MUNICÍPIO DE MARIANA  
INTDO. (A/S) : MUNICÍPIO DE MATIPÓ  
ADV. (A/S) : PROCURADOR-GERAL DO MUNICÍPIO DE MATIPÓ  
INTDO. (A/S) : MUNICÍPIO DE NAQUE  
ADV. (A/S) : PROCURADOR-GERAL DO MUNICÍPIO DE NAQUE  
INTDO. (A/S) : MUNICÍPIO DE OURO PRETO  
ADV. (A/S) : PROCURADOR-GERAL DO MUNICÍPIO DE OURO PRETO  
INTDO. (A/S) : MUNICÍPIO DE PERIQUITO  
ADV. (A/S) : PROCURADOR-GERAL DO MUNICÍPIO DE PERIQUITO  
INTDO. (A/S) : MUNICÍPIO DE PINGO D'ÁGUA  
ADV. (A/S) : PROCURADOR-GERAL DO MUNICÍPIO DE PINGO D'ÁGUA  
INTDO. (A/S) : MUNICÍPIO DE RAUL SOARES  
ADV. (A/S) : PROCURADOR-GERAL DO MUNICÍPIO DE RAUL SOARES  
INTDO. (A/S) : MUNICÍPIO DE RESPLENDOR  
ADV. (A/S) : PROCURADOR-GERAL DO MUNICÍPIO DE RESPLENDOR  
INTDO. (A/S) : MUNICÍPIO DE RIO DOCE  
ADV. (A/S) : PROCURADOR-GERAL DO MUNICÍPIO DE RIO DOCE  
INTDO. (A/S) : MUNICÍPIO DE SANTA CRUZ DO ESCALVADO  
ADV. (A/S) : PROCURADOR-GERAL DO MUNICÍPIO DE SANTA CRUZ DO  
ESCALVADO  
INTDO. (A/S) : MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS DO PRATA  
ADV. (A/S) : PROCURADOR-GERAL DO MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS DO PRATA  
INTDO. (A/S) : MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO GOIABA  
ADV. (A/S) : PROCURADOR-GERAL DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO GOIABA  
INTDO. (A/S) : MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DOS FERROS  
ADV. (A/S) : PROCURADOR-GERAL DO MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DOS FERROS  
INTDO. (A/S) : MUNICÍPIO DE SEM-PEIXE  
ADV. (A/S) : PROCURADOR-GERAL DO MUNICÍPIO DE SEM-PEIXE  
INTDO. (A/S) : MUNICÍPIO DE SOBRÁLIA  
ADV. (A/S) : PROCURADOR-GERAL DO MUNICÍPIO DE SOBRÁLIA  
INTDO. (A/S) : MUNICÍPIO DE TUMIRITINGA  
ADV. (A/S) : PROCURADOR-GERAL DO MUNICÍPIO DE TUMIRITINGA  
INTDO. (A/S) : MUNICÍPIO DE ARACRUZ  
ADV. (A/S) : PROCURADOR-GERAL DO MUNICÍPIO DE ARACRUZ  
INTDO. (A/S) : MUNICÍPIO DE BAIXO GUANDU  
ADV. (A/S) : PROCURADOR-GERAL DO MUNICÍPIO DE BAIXO GUANDU  
INTDO. (A/S) : MUNICÍPIO DE COLATINA  
ADV. (A/S) : PROCURADOR-GERAL DO MUNICÍPIO DE COLATINA  
INTDO. (A/S) : MUNICÍPIO DE CONCEIÇÃO DA BARRA  
ADV. (A/S) : PROCURADOR-GERAL DO MUNICÍPIO DE CONCEIÇÃO DA BARRA  
INTDO. (A/S) : MUNICÍPIO DE MARILÂNDIA  
ADV. (A/S) : PROCURADOR-GERAL DO MUNICÍPIO DE MARILÂNDIA  
INTDO. (A/S) : MUNICÍPIO DE SÃO MATEUS

ADV. (A/S) : PROCURADOR-GERAL DO MUNICÍPIO DE SÃO MATEUS  
INTDO. (A/S) : MUNICÍPIO DE ALCobaÇA  
ADV. (A/S) : PROCURADOR-GERAL DO MUNICÍPIO DE ALCobaÇA  
INTDO. (A/S) : MUNICÍPIO DE CARAVeLAS  
ADV. (A/S) : PROCURADOR-GERAL DO MUNICÍPIO DE CARAVeLAS  
INTDO. (A/S) : MUNICÍPIO DE NOVA ViçOSA  
ADV. (A/S) : PROCURADOR-GERAL DO MUNICÍPIO DE NOVA ViçOSA  
INTDO. (A/S) : MUNICÍPIO DE PRADO  
ADV. (A/S) : PROCURADOR-GERAL DO MUNICÍPIO DE PRADO  
INTDO. (A/S) : MUNICÍPIO DE ANTONIO DIAS  
ADV. (A/S) : PROCURADOR-GERAL DO MUNICÍPIO DE ANTONIO DIAS  
INTDO. (A/S) : MUNICÍPIO DE GONZAGA  
ADV. (A/S) : PROCURADOR-GERAL DO MUNICÍPIO DE GONZAGA  
INTDO. (A/S) : MUNICÍPIO DE IAPU  
ADV. (A/S) : PROCURADOR-GERAL DO MUNICÍPIO DE IAPU  
INTDO. (A/S) : MUNICÍPIO DE PONTE NOVA  
ADV. (A/S) : PROCURADOR-GERAL DO MUNICÍPIO DE PONTE NOVA  
INTDO. (A/S) : MUNICÍPIO DE RIO CASCA  
ADV. (A/S) : PROCURADOR-GERAL DO MUNICÍPIO DE RIO CASCA  
INTDO. (A/S) : MUNICÍPIO DE SOOReTAMA  
ADV. (A/S) : PROCURADOR-GERAL DO MUNICÍPIO DE SOOReTAMA  
INTDO. (A/S) : MUNICÍPIO DE MUCURI  
ADV. (A/S) : PROCURADOR-GERAL DO MUNICÍPIO DE MUCURI  
INTDO. (A/S) : MUNICÍPIO DE BRUMADINHO  
ADV. (A/S) : PROCURADOR-GERAL DO MUNICÍPIO DE BRUMADINHO  
INTDO. (A/S) : MUNICÍPIO DE MARIO CAMPOS  
ADV. (A/S) : PROCURADOR-GERAL DO MUNICÍPIO DE MARIO CAMPOS  
INTDO. (A/S) : MUNICÍPIO DE BARÃO DE COCAIS  
ADV. (A/S) : PROCURADOR-GERAL DO MUNICÍPIO DE BARÃO DE COCAIS  
INTDO. (A/S) : MUNICÍPIO DE ITABIRA  
ADV. (A/S) : PROCURADOR-GERAL DO MUNICÍPIO DE ITABIRA  
INTDO. (A/S) : MUNICÍPIO DE ITABIRITO  
ADV. (A/S) : PROCURADOR-GERAL DO MUNICÍPIO DE ITABIRITO  
INTDO. (A/S) : MUNICÍPIO DE NOVA LIMA  
ADV. (A/S) : PROCURADOR-GERAL DO MUNICÍPIO DE NOVA LIMA  
INTDO. (A/S) : MUNICÍPIO DE SÃO GONçALO DO RIO ABAIXO  
ADV. (A/S) : PROCURADOR-GERAL DO MUNICÍPIO DE SÃO GONçALO DO RIO ABAIXO  
AM. CURIAE. : ASSOCIACAO NACIONAL DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS  
ADV. (A/S) : MANOEL CAETANO FERREIRA FILHO (08749/PR)  
AM. CURIAE. : ASSOCIACAO MINEIRA DE MUNICIPIOS - AMM  
ADV. (A/S) : ACACIO WILDE EMILIO DOS SANTOS (81810/MG)  
AM. CURIAE. : INSTITUTO CLIMA DE INOVACAO E TECNOLOGIA LTDA  
ADV. (A/S) : MARIA TEREZA UILLE GOMES (54758/DF, 29591/MS, 84412/PR) E OUTRO (A/S)  
AM. CURIAE. : CONSORCIO PUBLICO PARA DEFESA E REVITALIZACAO DO RIO DOCE  
ADV. (A/S) : JOSE EDUARDO MARTINS CARDOZO (54244/DF, 67219/SP)  
AM. CURIAE. : CENTRAL UNICA DOS TRABALHADORES-CUT

ADV.(A/S) : JOSE EYMARD LOGUERCIO (01441/A/DF, 52504A/GO, 261256/RJ, 103250/SP)  
AM. CURIAE. : CONFEDERACAO NACIONAL DE MUNICIPIOS  
ADV.(A/S) : MÁRTIN PERIUS HAEBERLIN (66423/DF, 61698/RS)  
AM. CURIAE. : CONFEDERACAO NACIONAL DA INDUSTRIA  
ADV.(A/S) : CASSIO AUGUSTO MUNIZ BORGES (20016/DF, 091152/RJ)  
AM. CURIAE. : ASSOCIACAO DOS REMAN.DOS QUILOMBOS DE PRODUTORES E PRODUTORAS RURAIS DA AGRIC.FAMILIAR DA COM.DE SAO DOMINGOS-SAPE DO NORTE CONCEICAO DA BARRAES  
AM. CURIAE. : ASSOCIACAO DOS REMANESCENTES DOS QUILOMBOS DE PROD.RURAIS DA AGRIC. FAMILIAR E PESQ. DA COM.DO M.DA ONCA-SAPE DO NORTE CONC. DA BARRA-ES-ARMO  
ADV.(A/S) : ANTONIO CARLOS DE ALMEIDA CASTRO (04107/DF)  
AM. CURIAE. : FEDERACAO DAS INDUSTRIAS DO ESTADO DO ESPIRITO SANTO  
ADV.(A/S) : RODRIGO AMORIM CRISTELLO (18217/ES)  
AM. CURIAE. : FEDERACAO DAS INDUSTRIAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS - FIEMG  
ADV.(A/S) : LETICIA DE OLIVEIRA LOURENCO (104144/MG) E OUTRO(A/S)  
AM. CURIAE. : ASSOCIACAO INDIGENA TUPINIKIM DA ALDEIA AREAL - AITAA  
ADV.(A/S) : CELSO CORDEIRO DE ALMEIDA E SILVA (78455/DF, 44086/GO, 1826A/MG, 63547/PE, 122499/PR, 184528/RJ, 161995/SP) E OUTRO(A/S)

**Decisão:** O Tribunal, por maioria, referendou a decisão, pela qual deferido em parte o pedido de medida liminar, para determinar aos Municípios relacionados como interessados nestes autos que adotem as seguintes medidas: (i) deverão juntar cópias dos contratos porventura celebrados com os escritórios de advocacia para atuarem em outros países; e (ii) deverão se abster de efetuarem qualquer pagamento de honorários, contratados *ad exitum*, relativos às ações judiciais perante Tribunais estrangeiros, sem antes haver exame da legalidade por parte das instâncias soberanas do Estado brasileiro, sobretudo este STF, nos termos do voto do Relator, vencidos os Ministros Edson Fachin, Nunes Marques e André Mendonça. Falou, pelo *amicus curiae* Consórcio Público Para Defesa e Revitalização do Rio Doce, o Dr. José Eduardo Martins Cardozo. Impedido o Ministro Cristiano Zanin. Plenário, Sessão Virtual de 25.10.2024 a 5.11.2024.

Composição: Ministros Luís Roberto Barroso (Presidente), Gilmar Mendes, Cármen Lúcia, Dias Toffoli, Luiz Fux, Edson Fachin, Alexandre de Moraes, Nunes Marques, André Mendonça, Cristiano Zanin e Flávio Dino.

Carmen Lilian Oliveira de Souza  
Assessora-Chefe do Plenário